



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
ESCOLA CLASSE 18

PROPOSTA PEDAGÓGICA

GAMA, MAIO DE 2020

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	03
2. HISTÓRICO	06
2.1. Descrição da História de Constituição da Escola	06
2.2. Identificação da Instituição Educacional.....	11
2.2.1. Dados da Instituição Mantenedora.....	11
2.2.2. Identificação da Instituição Educacional	12
2.2.3. Constituição das Turmas.....	13
2.2.4. Identificação dos Profissionais da Escola.....	15
2.2.5. Identificação dos Membros do Conselho Escolar.....	18
2.2.6. Identificação dos Membros da Associação de Pais e Mestres.....	19
2.3. Caracterização Física da Escola	19
3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE	22
4. FUNÇÃO SOCIAL DA UE	27
5. PRINCÍPIOS.....	27
6. OBJETIVOS.....	35
6. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	37
7. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	44
8. ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO.....	55
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	59
10. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PP.....	62
13. PROJETOS ESPECÍFICOS	74
14. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75

15. ANEXOS.....	77
15.1. DESCRIÇÃO DE PROJETOS.....	80
15.2 PLANOS DE AÇÃO.....	90

1. APRESENTAÇÃO

Envolver-se na construção coletiva de uma Proposta Pedagógica da escola para a materialização de um documento formal não é tarefa fácil, considerando a realidade que temos. O envolvimento de todos nas muitas atividades rotineiras, que exige o trabalho pedagógico, o acúmulo de funções da equipe gestora, a falta constante de professores, a inexistência do supervisor administrativo, dentre outras situações.

Reconhecemos que o Projeto Pedagógico é primordial para o desenvolvimento intencional, compromissado, coletivo, articulado e democrático do trabalho a que se propõe uma escola pública.

A LDB (Lei nº 9.394/96) e o Conselho de Educação do Distrito Federal, dá as instituições educacionais, liberdade e responsabilidade para elaborar o Projeto Pedagógico, incluindo as demandas referentes à organização escolar.

Tal elaboração implica em explicitar as finalidades da escola, o seu papel social com sua identidade, que reflita a realidade escolar bem como suas relações internas e externas e que possibilite uma educação integral, pública, democrática e de qualidade social para nossos estudantes, não perdendo de vista aspectos legais que regem a educação brasileira, bem como a legislação específica do Distrito Federal.

Com a construção coletiva do Projeto Pedagógico a escola buscará harmonizar o tempo, os recursos humanos e materiais, os espaços para atender a todos, prevendo os diferentes tipos de aprendizagem de nossos alunos, na perspectiva de educação integral, voltada para a implementação de um currículo integrado, culminando com a concretização do Currículo em Movimento da Educação Básica do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Educação Especial.

Para tanto, contamos com o apoio de todos os atores envolvidos; direção, supervisor pedagógico, coordenador, professores, Equipe Especializada de Apoio à

Aprendizagem – EEAA, Sala de Recursos, agentes de Educação, pai, mãe, ou responsável legal, além dos coordenadores intermediários da educação básica da Coordenação Regional de Ensino do Gama.

Nessa trajetória de construção coletiva / elaboração do PP, iniciamos as primeiras ações para esta construção no início deste ano letivo, com a tentativa de se fazer alguns estudos sobre Currículo, Avaliação e outro texto do caderno do Currículo em Movimento – Pressupostos Teóricos. Esses estudos não culminaram com o objetivo que se pretendia. A escola recebeu orientações e alguns encaminhamentos da consultoria na elaboração do PP da CRE - Gama, inclusive com algumas visitas da consultora a esta escola. Mesmo assim não houve maiores avanços nessa construção.

Após o recesso escolar, em meados do mês de Julho, houve uma reunião na escola entre consultor de orientação do PP da CRE - Gama com a direção da escola, equipe de coordenação pedagógica e alguns professores do turno vespertino. A partir desta reunião, algumas ações foram elencadas para que o processo de construção coletiva/elaboração do PP avançasse.

Inicialmente foi realizada reuniões entre os diversos segmentos da escola; professores, equipe gestora, equipe pedagógica e monitor.

Houve também palestra para a comunidade de pai, mãe ou responsável. A participação desta comunidade na construção coletiva deste PP foi possível com o preenchimento de questionário e discussão do tema com os professores em grupos menores, por turma.

Houve a colaboração de toda a equipe escolar, quando cada um apresentou o plano de atuação e alguns projetos que contribuirão no processo de ensino e aprendizagem e na organização do trabalho pedagógico que será desenvolvido na escola.

A elaboração e materialização deste documento aqui apresentado segue a estrutura que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF apresentou às escolas públicas do Distrito Federal.

Neste contexto, abordaremos os seguintes tópicos neste documento:

- Descrição da história de constituição da escola; identificação, constituição das turmas, identificação dos membros do Conselho Escolar, diretoria da Associação de Pais e Mestre, e caracterização física da EC 18 do Gama;
- Do diagnóstico da realidade escolar; índices de aprovação/ reprovação dos alunos, a partir do ano de 2009 e rendimento escolar do ano de 2013.
- Função social da escola, atribuições de cada segmento da comunidade escolar conforme prevê o Regimento Escolar da Instituições Educacionais das Escolas Públicas do Distrito Federal, plano de ação para cada um, desses segmentos, bem como dos objetivos para a escola.
- Das concepções teóricas em conformidade com o que propõe o Currículo em Movimento – SEEDF e da atuação dos diversos segmentos que compõem a equipe escolar;
- Das concepções, práticas e estratégias de avaliação para o triênio 2014 / 2015 / 2016;
- Da organização curricular da escola e do plano de ação para a implementação deste PP, bem como se dará a avaliação do mesmo.
- Dos projetos específicos da escola.

2. HISTÓRICO

2.1. DA DESCRIÇÃO DA HISTÓRIA DE CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA

Como era essencial e urgente a necessidade de uma escola para atender a comunidade do Setor Sul do Gama, o governo local achou por bem conceder a essa mesma comunidade um espaço escolar provisório, atendendo uma reivindicação legítima desses moradores. Para isso contou com o apoio e colaboração da PMDF (Polícia Militar do Distrito Federal).

Este espaço provisório foi cedido a FEDF (Fundação Educacional do Distrito Federal), pela PMDF. Tratava-se de um imóvel com oito salas de aula e outras dependências essenciais ao funcionamento de uma escola e que era uma extensão do espaço reservado ao batalhão da PMDF, localizado na quadra 13 do Setor Sul desta cidade.

Iniciada as atividades em 02 de outubro do ano de 1970. Em 16 de outubro deste mesmo ano, a escola foi inaugurada oficialmente tendo como sua primeira diretora a professora Ana Angélica Gonçalves Paiva.

A escola que funcionaria provisoriamente em um espaço que não pertencia a FEDF permaneceu ali por 28 anos, (de 1970 a 1998).

Durante este tempo foram grandes as dificuldades que a comunidade escolar enfrentou, especialmente pela estrutura física e outros espaços da escola. Era uma construção com paredes metálicas e no decorrer desse tempo foram feitos apenas pequenos reparos, por se tratar de um espaço provisório e não pertencente à FEDF.

Com relação ao trabalho pedagógico desenvolvido na escola, mesmo em condições precária e provisória, durante todos esses anos, foram bastante produtivos. A escola sempre foi referência de educação e fonte de credibilidade por parte da comunidade local. As vagas oferecidas aos estudantes eram bem disputadas.

O trabalho pedagógico voltado para a alfabetização foi por alguns anos baseado no Projeto CBA (Ciclo Básico de Alfabetização).

Em 1978, assumiu a direção da escola a professora Neile Maria de Andrade, com administração do Complexo Escolar “B” do Gama, que permaneceu neste cargo até o ano de 1995, nesta época com a administração da DRE (Divisão Regional do Gama).

Há registro de 1978, que esta escola funcionou em três turnos (com turno intermediário), atendendo a 800 alunos, numa estrutura com oito salas de aula.

Em março de 1995 assumiu a direção desta escola, ainda na antiga sede, a professora Maria do Socorro França Duarte, permanecendo até o final do ano de 1997. Ao final do ano, participou do processo “Gestão Democrática Nas Escolas Públicas do DF”. Eleita, ficou por mais dois anos, permanecendo no cargo até 1999.

Em 31 de setembro de 1998, a comunidade escolar foi contemplada com um novo prédio, em área definitiva, pertencente à Fundação Educacional do Distrito Federal, bem próxima ao local da antiga sede provisória. Dessa forma, foi reinaugurada oficialmente em 28 de outubro de 1998, sob a direção da professora e diretora Maria do Socorro França Duarte. Esta data foi comemorada com alegria e entusiasmo, afinal, foram anos de espera por esse momento. Trata-se de um prédio amplo com dois pavimentos onde os estudantes terão a partir de agora um ambiente apropriado para desenvolver as atividades escolares com maior conforto.

Em 2003 a escola chegou a atender a aproximadamente 700 estudantes em quinze salas de aula, com trinta turmas, divididos em dois turnos, matutino e vespertino.

Em 1995 o trabalho pedagógico era embasado nas concepções da “Escola Candanga”, até o ano de 1999.

No ano de 2000 voltou o sistema educacional de seriação, permanecendo assim, até 2007.

Em 2008 foi implantada, após experiências a partir 2005 em algumas escolas do DF, a estratégia pedagógica de Alfabetização BIA (Bloco Inicial de Alfabetização), com o Ensino Fundamental com 09 anos de escolarização. Dessa forma seguiu-se a história

da Escola Classe 18, tendo como destaque, a movimentação constante na equipe gestora ao longo dos anos seguintes:

2000 – Elza Macedo da Silva (até setembro), quando foi substituída pela então vice-diretora, professora Marlene Alves Bicalho, que permaneceu no cargo até o final do ano.

2001 – Solange Regina Dias de Oliveira Vilara.

2002 – Maria Natividade Carvalho.

2003 – Adélia Silva Gomes (permaneceu no cargo até o ano de 2005).

2006 – Retorna ao cargo, a professora Maria Natividade Carvalho.

2007 – Raquel Sales de Oliveira Santos. Ao final do ano de 2007, houve eleição para diretores, dentro do processo Gestão Compartilhada. A chapa única foi formada pela professora Raquel Sales de Oliveira Santos (como diretora) e Domerina Brito da Silva Braga (como vice-diretora). Ao final do processo, por decisão do Conselho Escolar desta Instituição Educacional, esta chapa não assumiu a equipe gestora desta escola, sendo indicada para outra Instituição Educacional. Neste caso, outra equipe gestora assumiria a direção em 2008, indicada pela DRE – GAMA (equipes gestoras do banco de reserva).

2008 – Pelas leis da Gestão Compartilhada, a equipe gestora foi indicada, pela DRE (Diretoria Regional de Ensino). O professor Carlos José de Oliveira Bonfim, como diretor e o professor Amaral Rodrigues Gomes como vice-diretor. Ao final do ano, houve nova eleição para diretores, dentro do processo, para esta escola e o professor Amaral Rodrigues Gomes, então vice-diretor, concorreu à chapa única, juntamente com o professor Divino Oliveira Lima, com vice-diretor. Eleitos, assumiriam a direção em 2009.

2009 – O professor Amaral assumiu a direção, com o vice-diretor o professor Divino.

2010 – O professor Amaral continuou na direção, mas em meados do mês de fevereiro deste mesmo ano renunciou ao cargo. Assumiu seu lugar o Professor

Divino Oliveira Lima. Como vice-diretora ficou a professora Maria Regina de Souza Barbosa Matta, que permaneceram no cargo até o final do ano.

2011 – Assumem a direção desta instituição educacional a professora Mônica Santos da Costa e o vice-diretor o professor Marcos Antonio Araujo da Silva.

Em julho de 2011, o então vice-diretor Marcos Antonio pediu exoneração do cargo e foi substituído pela professora Maria Regina de Souza Barbosa Matta. Permaneceram no cargo até o final do ano.

Em 2012 a professora Mônica permaneceu na direção do cargo até agosto. Pediu exoneração do cargo. Assume o seu lugar a professora Solange Regina Dias de Oliveira Vilara, como diretora interina e posteriormente, a professora Regina Cláudia, eleita no processo de gestão democrática juntamente com o Vice-diretor Ilderlândio Teixeira de Araújo Permaneceu até o final do ano. Desde a inauguração desta escola, este foi o primeiro ano que não houve a tradicional festa junina.

Em 2013 a professora Regina Cláudia continua na direção da escola, juntamente com o vice-diretor, Ilderlândio Teixeira de Araújo.

No início do ano letivo de 2014, a Secretária escolar; Lislene pediu exoneração do cargo de chefe de secretaria. Em seu lugar assumiu Andrea Beatriz dos Santos.

No ano de 2014 permaneceram na equipe gestora, Regina Cláudia (diretora) e Ilderlândio (vice-diretor). Em outubro o vice-diretor pede exoneração do cargo e em seu lugar assume a professora Lúcia Moreira de Jesus Terra, que permaneceu neste cargo até o final do ano. Ao final deste ano houve uma reunião para definição da equipe gestora para o ano de 2015. Os professores e demais servidores desta unidade escolar indicaram os nomes da professora Lúcia Moreira de Jesus Terra como diretora e a professora Inalda Fonseca Bacelar de Souza como vice-diretora. Posteriormente houve uma reunião com direção da CRE – GAMA, com participação da diretora Maria Rita para homologação desta nova equipe gestora. Esta unidade escolar não foi informada ou orientada sobre a necessidade de realização de eleição desta nova chapa, considerando a legislação do Processo de Gestão Compartilhada.

Iniciamos o ano de 2015 com nova equipe gestora; Lúcia Moreira de Jesus Terra como diretora e Inalda Fonseca Bacelar de Souza como vice-diretora. Foi um ano difícil para a equipe gestora, considerando a redução do número de profissionais nesta equipe. Não tínhamos o Supervisor Pedagógico, nem Supervisor Administrativo. A diretora foi afastada de sua função em decorrência de Licença para Tratamento de Saúde, até o final do ano. No início do mês de Agosto, o Supervisor Administrativo foi nomeado – Ilderlândio Teixeira de Araújo. Também nesta mesma época, descobriu-se que, a atual equipe gestora estava em situação irregular por não ter participado de eleição, como prevê o processo Gestão Compartilhada, em até cento e oitenta dias após indicação da chapa. Sendo assim, foi realizada uma nova reunião com a participação da CRE – Gama, com a participação da então diretora, Cássia para esclarecimento da situação e tomada das providências para a regularização desta situação. Nesta reunião ficou definido pela CRE – Gama que após a realização da próxima eleição de diretores que aconteceria em 16 /09 /2015, a vice-diretora, professora Inalda Bacelar de Souza seria nomeada como diretora e o atual coordenador pedagógico Thiago Pereira Paz seria o vice-diretor, por indicação do grupo de professores. Dessa forma, nos próximos cento e oitenta dias, a situação ficaria regularizada, conforme artigo 44 da Lei 4751. Essa nomeação não aconteceu e a professora Inalda Fonseca Bacelar de Souza continuou como vice-diretora até o final do ano.

Em 2016 assume nova equipe gestora; como diretora a professora Andrea Verbena Clementino Rodrigues e o Vice- Diretor, Andrey Palhano de Souza, equipe indicada pela Coordenação Regional de Ensino do Gama, tendo como Supervisor Pedagógico o professor Thiago Pereira Paz.

Em 2017 assume nova equipe gestora, dessa vez, eleita pelo processo de gestão democrática, diretora: a professora Andrea Verbena Clementino Rodrigues (continuou no cargo), vice-diretora: a orientadora educacional Virgínia Venâncio Xavier Sobrinho Moreira e como Supervisor Pedagógico a equipe continuou com Thiago Pereira Paz. O início deste ano letivo foi marcado pela atuação da nova equipe gestora na organização dos espaços físicos da escola, com pequenas reformas que contribuíram para o bem estar de toda a comunidade escolar. Também neste início de

ano um fato triste abalou a toda a comunidade escolar; o falecimento da professora Lúcia Moreira de Jesus Terra em doze de Fevereiro. Professora com histórico profissional atuante nesta escola.

Em 2018 a equipe gestora continuou a mesma - a professora Andrea Verbena Clementino Rodrigues (diretora), a orientadora educacional Virgínia Venâncio Xavier Sobrinho Moreira (vice-diretora) e como Supervisor Pedagógico a equipe continuou com Thiago Pereira Paz.

Em 2019 assumiu a equipe Gestora o professor Thiago Pereira Paz (diretor) e a professora Evelin Dias Reis dos Santos (vice-diretora), como supervisora pedagógica a professora Ângela Soares Miguel e chefe de secretaria a servidora Ana Luciene.

2.2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

2.2.1. Dados da Instituição Mantenedora

Nome	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF
CGC	00.394.676/0001-07
Endereço	SGAN 607 – Projeção D BRASÍLIA – DF – CEP 70.850.070
Endereço Eletrônico	se@se.df.gov.br
Telefone	(61) 3901.1840/ 3901.1842
Data de Fundação	1960
Registros	Decreto nº 48.297, de 17/06/1960 (FEDF)
Política Pública	Executar a política educacional do DF, de modo a assegurar a

		eficácia do sistema de ensino oficial
Secretário Estado Educação	de de	João Pedro Ferraz dos Passos

2.2.2. Identificação da Instituição Educacional

Nome		Escola Classe 18 do Gama
Endereço		Quadra 05 AE Setor Sul Gama – DF
Telefone		3901.8122
Endereço Eletrônico		ec18.cregama@gmail.com
Localização		Área urbana – Gama Sul
Coordenação Ensino	de	Coordenação Regional de Ensino do Gama
Data e Ato de Criação		Parecer nº 63 – CEDF, de 31/05/1971 – Boletim nº 6 CEDF
Turno Funcionamento	de	Matutino e Vespertino
Nível de Ensino		Educação Básica (Ensino Fundamental – Anos Iniciais)
Modalidades Ensino	de	Ensino Fundamental de 9 anos – Anos iniciais 1º Bloco – 1º ao 3º Ano (Projeto BIA – Bloco Inicial de Alfabetização), 2º Bloco – 4º e 5º Anos e Ensino Especial.

2.2.3. Constituição das Turmas

- 13 turmas no turno matutino (201 alunos);
- 13 turmas no turno vespertino (222 alunos);
- 26 turmas num total de 423 alunos matriculados.

MATUTINO			VESPERTINO		
Série	Turma	Quantitativo Alunos	Série	Turma	Quantitativo Alunos
C/E - TGD	A	2	C/E - TGD	C	2
C/E - TGD	B	1	C/E - TGD	D	1
1º Ano	A	26	1º Ano	C	25
			1º Ano	B	25
2º Ano	A	11	2º Ano	C	18
2º Ano	B	20	2º Ano	D	17
3º Ano	A	13	3º Ano	E	16
3º Ano	B	14	3º Ano	F	16
3º Ano	C	17			
3º Ano	D	12			
4º Ano	A	27	4º Ano	B	18
			4º Ano	C	18
			4º Ano	D	23
5º Ano	A	22	5º Ano	D	22
5º Ano	B	18	5º Ano	E	19
5º Ano	C	18			

TOTAL		201	TOTAL		222
TOTAL GERAL					423

2.2.4. Identificação dos Profissionais da Escola

Nº	Nome do(a) Servidor(a)	Matrícula	Área de Atuação	Situação Administrativa	Carga Horária
01	Thiago Paz	229.113-4	Diretor	Efetivo	40 h
02	Evelin Dias Reis dos Santos	234.060-0	Vice-diretora	Efetivo	40 h
03	Angela Soares Miguel	201.825-9	Supervisora Pedagógica	Efetivo	40 h
04	Ana Luciene		Chefe de Secretaria	Efetivo	40 h
05	Vanusia Rocha de Souza	300.805-3	Coordenador Pedagógico	Efetivo	40 h
06	Núbia Nogueira Costa	239.609.-2	Coordenador Pedagógico	Efetivo	40 h
07	Rita de Cássia Pereira dos Santos SECRETARIA EM 06/02/13	22503 - 7	AGE Conservação e Limpeza	Efetivo	40 h
08	Rayane Cristiny Florêncio Silva		Professora	Contrato temporário	40 h

09	Carolina da Silva Almeida		Professora	Contrato Temporário	40 h
11	Rosângela Bezerra Oliveira Pereira		Professora	Contrato Temporário	40 h
11	Liliane		Professora Sala de Recursos	Efetivo	40 h
12	Vinícius Mahatma Cunha de Queiroz	229460 - 5	Professor Educação Física	Efetivo	40 h
13	Cristina Alves da Silva Inácio		Professora	Contrato Temporário	40 h
15	Adriana Andrade		Pedagoga EEAA	Efetivo	40 h
17	Wellton de Sá Oliveira	225595 - 2	Monitor	Efetivo	40 h
35	Francidalva Ferreira Bastos Prado	175241 - 3	Professora	Efetivo	40 h
18	Inalda Fonseca Bacelar de Souza	483613 - 3	Professora	Efetivo	40 h
21	Cláudia Alexandrino de Sousa	26224 - 2	Professora	Efetivo	40 h
22	Eli Souza e Silva	20372 - 6	Professora	Efetivo	40 h
23	Rosimeire Gomes da Silva Dantas	48685 - X	Professora	Efetivo	40 h

25	Regina Mariani de Magalhães Vieira	36113 - 5	Professora	Efetivo	40 h
26	Patrícia da Silva Feres	37000 - 2	Professora	Efetivo	40 h
29	Tânia Thais Soares Batista		Professora	Contrato Temporário	40 h
30	Rosimeri Duarte da Silva	37.182-3	Professora	Efetivo	40 h
32	Sandra Maria dos Santos	322115 – 6	Professora Professora	Efetivo	40 h
33	Bárbara P. da S. Pimentel		Professora	Contrato Temporário	40 h
34	Karla Rodrigues F Alves		Professora	Contrato Temporário	40 h
36	Irenilda Alves da Silva	48663 - 9	Professora	Contrato Temporário	40 h
39	Adriana Soares Carvalho	224127 – 7	Professora	Efetivo	40 h
40	Luana Cantanhêde Campos	222675-8	Professora	Efetivo	40 h
41	Eliane Santos Soares		Professora	Contrato Temporário	40 h
42	Ananizia Gonçalves Viana		Professora	Contrato Temporário	40 h

43	Lindalva da Silva Brito		Professora	Contrato Temporário	40 h
44	Rosa Helena Fernandes Aguiar		Professora	Contrato Temporário	40h
45	Nilva de Jesus Meireles		Professora	Efetivo	40h
46	Suzete Gomes da Silva		Professora	Contrato Temporário	40h
47	Virgínia Venâncio Xavier Sobrinho		Orientadora Educacional	Efetivo	40h
48	Raquel Pereira Silva Sousa		Professora	Efetivo	40h
49	Mirian Elias de Araújo		Professora	Contrato Temporário	40h

2.2.5. Identificação dos Membros do Conselho Escolar

SEGMENTO	NOME DO(A) CONSELHEIRO(A)
Membro Nato (diretora)	Thiago Pereira Paz
Carreira Magistério (Professores)	Regina Mariani de Magalhães Vieira
Carreira Assistência à Educação	Wellton de Sá Oliveira
Comunidade de Pais	Francidalva Ferreira Bastos Pedro Cesar Barros Cabral

2.2.6. Identificação dos Membros da Associação de Pais e Mestre

DIRETORIA	NOME DO(S) MEMBRO(S)
Presidente	Thiago Pereira Paz
Vice-Presidente	Evelin Dias Reis dos Santos
Secretário (a)	Angela Soares Miguel
Segundo(a) Secretário(a)	Claudia Alexandrino de Sousa
Primeiro(a) Tesoureiro(a)	Ana Luciene Costa Rodrigues
Segundo(a) Tesoureiro(a)	Hulda Reis de Sousa Heredia
Conselho Fiscal (Membros Efetivos)	Francinalva Ferreira Bastos Prado Marilândia de Oliveira Carmélio Rosimeire Gomes da Silva Dantas
Conselho Fiscal (Membro Suplente)	Luana Cantanhêde Campos Inalda Fonseca Bacelar de Souza Núbia Nogueira Costa

2.3. Da Caracterização Física da Instituição Educacional

Trata-se de uma escola ampla, com dois pavimentos.

Na entrada da escola, visualizam-se do lado direito o parquinho e a quadra de esporte. Do lado esquerdo, o estacionamento parcialmente arborizado.

Pavilhão Inferior:

- 01 secretaria;

- 01 sala da direção;
- 01 sala para o trabalho de supervisão administrativa;
- 01 pátio coberto;
- 01 sala de professores;
- 01 escada;
- 01 banheiro masculino (professor);
- 01 banheiro feminino (professora);
- 01 banheiro masculino (alunos);
- 01 banheiro feminino (alunas);
- 01 banheiro para alunos portadores de necessidades educacionais especiais;
- 01 banheiros para alunos ;
- 01 banheiro feminino (auxiliares da educação);
- 01 banheiro masculino (auxiliares da educação);
- 01 sala de Supervisão e coordenação pedagógica;
- 01 sala para mecanografia que atualmente funciona como uma espécie de “copa”;
- 02 sala de aula para o Classe Pré-Inclusiva;
- 03 salas de aula
- 01 sala de aula (T1); no projeto original seria a sala de leitura, mas atualmente este espaço foi trocado pela sala de número 03 do pavilhão superior por motivos pedagógicos, atendendo as necessidades atuais da escola.
- 01 sala de aula (T25);
- 01 depósito de material de limpeza;
- 01 sala para os auxiliares da educação;
- 01 cantina

- 01 depósito para a merenda escolar;
- Espaço reservado para área verde e outras atividades (nos fundos da escola).

Pavilhão Superior:

- 08 salas de aula;
- 01 sala de leitura;
- 01 sala dividida em dois espaços (Orientação Educacional e Sala de Recursos);
- 01 sala de vídeos e outras reuniões pedagógicas;
- 01 sala para a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA.
- 01 banheiro feminino (alunas);
- 01 banheiro masculino (alunos);
- 02 depósitos para material (patrimônio).

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

A EC 18 do Gama atende uma clientela oriunda principalmente da vizinhança da escola (algumas quadras do Setor Sul do Gama). Entretanto não poderíamos deixar de destacar aqui, que hoje muitos dos alunos são do entorno de Brasília (Goiás), cerca de quarenta e cinco por cento dos alunos. Algumas famílias utilizam endereços emprestados para garantirem vagas aqui nesta instituição educacional.

A Escola Classe 18 do Gama atualmente atende, 458 alunos com idade mínima de seis anos no Ensino Fundamental – 09 Anos, através do Projeto BIA – Bloco Inicial de Alfabetização (1º, 2º e 3º Anos), e (2º Bloco – 4º e 5º Anos) e Educação Especial, inclusive com duas turmas de Classe Especial para alunos com Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD, todos matriculados conforme prevê a estratégia de matrícula vigente.

As famílias do corpo discente são de classe social baixa. A maioria destes tem uma jornada de trabalho intensa. Com isso, nem sempre o acompanhamento do desenvolvimento no processo ensino e aprendizagem de seus filhos acontecem como deveria. Esse acompanhamento acaba acontecendo somente em reuniões bimestrais, com a participação da mãe, do pai ou do responsável, com o professor.

Existe ainda um número considerável de crianças que sofrem com a falta de apoio da família, sendo necessário, a escola buscar meios para melhor acompanhamento. Nesse sentido, poderíamos contar com o apoio sistemático do SOE (Serviço de Orientação Educacional). Atualmente isso não é possível porque não temos o profissional para a atuação, no caso, o Orientador Educacional. Nesse sentido a direção da escola acaba fazendo este trabalho com o apoio de outros serviços especializados como a EEAA (Equipe Especializado de Apoio à Aprendizagem), e Sala de Recursos.

Identificamos frente à construção coletiva desse Projeto Político Pedagógico alguns aspectos institucionais de grande relevância que necessitam ser equacionados e redimensionados a partir de uma gestão que seja democrática, participativa e colaborativa, dos quais destacamos:

- A inviabilização, na escola, de tempo e espaço para a elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação contínua deste Projeto Político Pedagógico;
- A necessidade de articulação das ações entre a equipe gestora, numa prática coletiva, participativa, democrática e harmoniosa;
- A necessidade de uma política de recursos humanos de valorização e motivação dos profissionais;
- A falta constante de professores nas turmas;
- O acúmulo de funções para o Supervisor e Coordenador pedagógico, principalmente em regência de classe;
- A necessidade de maior envolvimento e compromisso de todos os profissionais da escola, nas ações aqui desenvolvidas em uma prática coletiva;
- A necessidade de revitalização constante da Sala de Leitura;
- A inviabilização de espaço físico e condições adequadas para o reforço escolar dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem;
- As condições precárias ou a inexistência de outros espaços de aprendizagem, além da sala de aula (quadra de esporte, refeitório, área arborizada, área de lazer, etc.);
- Maior direcionamento e planejamento da prática pedagógica (equipe pedagógica);
- Maior integração entre escola e comunidade de pai, mãe ou responsável;
- Mais segurança na circulação de todos que estão na escola;
- Melhoria na qualidade e valor nutritivo da merenda escolar oferecida aos alunos;
- Ajustamento da merenda escolar, considerando os alunos que possuem restrição alimentar por uma questão de saúde;

- Adequação das instalações físicas para maior acessibilidade às crianças portadoras de deficiência física da nossa escola, a reforma da quadra de esportes e a construção de guarita;
- Viabilização dos recursos pedagógicos e tecnológicos da escola que atenda as nossas necessidades;
- A necessidade de funcionamento do laboratório de Informática, que continua inativa;
- Aplicação dos recursos financeiros de acordo com as necessidades e o previsto na Lei nº 4.036 /2007 e na Portaria nº 171/2008 que dispõe sobre a execução do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF;
- Redução do índice de reprovação, elevando o desempenho acadêmico dos alunos, utilizando para tanto o programa avaliativo SIADE (Sistema de Avaliação do Desempenho das Instituições Educacionais do Sistema de Ensino);
- Melhoria na qualidade e valor nutritivo da merenda escolar oferecida aos alunos;
- Ajustamento da merenda escolar, considerando os alunos que possuem restrição alimentar por uma questão de saúde;

Podemos considerar que tivemos algumas conquistas, como por exemplo, o serviço de conservação e limpeza da escola, embora aconteceram alguns dias de greve neste ano. Após a terceirização temos uma escola limpa e agradável. Temos também uma secretaria organizada e o serviço da parte administrativa também está bem alicerçado. Desde o ano passado a escola tem recebido novos professores concursados. No início do segundo semestre deste ano a escola recebeu dois professores de educação física para a implantação do projeto piloto “Educação com Movimento”.

3.1. Da Relação Escola / Comunidade de Pais, Mães e Responsáveis

Ao longo das discussões no contexto escolar; nas reuniões coletivas, conselho de classe ou em outras reuniões avaliativas uma das problemáticas que vem à tona é a falta do acompanhamento da comunidade de pais e/ou responsáveis no processo de ensino e aprendizagem dos alunos ou mesmo no acompanhamento escolar de seus (as) filhos e filhas.

Sendo assim, para a participação dos pais na elaboração coletiva da Proposta Pedagógica da EC 18 do Gama elaboramos um questionário para que todos pudessem participar, opinando sobre as questões aqui já apresentadas e avaliar o trabalho que a escola vem oferecendo aos seus (as) filhos e filhas.

Para o preenchimento dos questionários ficou definido que este seria preenchido na escola, pois assim, os professores poderiam auxiliar tirando as dúvidas sobre alguns serviços oferecidos pela escola, bem como facilitar para os pais que são analfabetos ou analfabetos funcionais, o preenchimento do questionário.

No encontro de pais e professores, todos foram convidados, cerca de 458 convites. Neste dia, no primeiro momento houve uma palestra com a psicóloga da EEAA e abordagem sobre Proposta Pedagógica; a importância da construção coletiva e para que fazer essa construção. No segundo momento, o preenchimento do questionário entre professores e comunidade de pais.

Foram preenchidos cerca de 28% dos questionários neste dia, Posteriormente, com o incentivo dos professores em outros dias, totalizou-se cerca de 62% dos questionários preenchidos, ou seja, dos 458 alunos matriculados, 284 questionários foram preenchidos.

Neste contexto, foi possível observar alguns aspectos importantes e que devem ser considerados:

- Muitos pais preencheram o questionário superficialmente;
- Alguns não devolveram o questionário;

- Boa parte dos pais assumiram a responsabilidade da não participação na vida escolar de seus (as) filhos (filhas), alegando não ter tempo pois trabalham e são os únicos responsáveis pelo sustento familiar;
- A maioria estão satisfeitos com o trabalho do (a) professor (a), no processo ensino e aprendizagem;
- A maioria se mostraram satisfeitos com a equipe gestora da escola;
- Muitos pais não conhecem os serviços de apoio à aprendizagem, como sala de recursos, orientação pedagógica e EEAA;
- Alguns não conhecem a dinâmica do trabalho da Sala de Leitura na escola ou mesmo da existência desta;
- A avaliação do lanche da escola, foi considerado, em muitos questionários, de regular a insuficiente;
- A maioria se mostrou preocupados com a segurança na escola, tanto nos arredores, como também no próprio ambiente escolar; principalmente nos intervalos recreativos;
- Alguns se mostraram preocupados com as condições precárias das instalações físicas da escola; os protetores de água e esgoto (calçadas), que estão quebrados e frequentemente os alunos sofrem pequenos acidentes, as condições dos banheiros, do parquinho e da quadra de esporte, sem proteção contra o Sol;
- Muitos consideraram insuficiente o reforço escolar para os alunos;
- Outros consideraram que os eventos culturais na escola, quase não estão acontecendo;
- Alguns consideraram regular; as formas como a resolução de conflitos entre os alunos são resolvidos na escola;
- Muitos se mostraram insatisfeitos com a falta de professores;

- Boa parte se mostraram insatisfeitos com a dispensa dos alunos que não têm aula, sem prévio aviso aos pais;
- Alguns alegaram que por vezes as informações que são dadas sobre os alunos, na secretaria, não são repassadas para os professores, como por exemplo a justificativa das faltas dos alunos que são feitas pelos pais;

4. FUNÇÃO SOCIAL DA UE

A Escola Classe 18 do Gama tem por finalidade atender o disposto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e no Estatuto da Criança e do Adolescente, oferecendo atendimento educacional aos alunos, seja nas classes comuns do ensino regular ou aos que apresentem necessidades educacionais especiais, pautada na formação integral e integrada do indivíduo e fundamentada nos princípios da diversidade, cidadania e sustentabilidade humana, com vistas à universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso escolar.

Oferecer à comunidade local uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do/a educando/a visando também prepará-lo/a para o exercício da cidadania com o desenvolvimento da autonomia. Uma escola que promova a qualidade do ensino.

5. PRINCÍPIOS

5.1 Princípio da Educação Integral:

Os princípios da **Educação Integral** nas escolas públicas do Distrito Federal a serem observados pelas escolas no planejamento, na organização e na execução das ações de Educação Integral são:

- **Integralidade:** a educação integral é um espaço privilegiado para se repensar o papel da educação no contexto contemporâneo, pois envolve o grande desafio de discutir o conceito de integralidade. É importante dizer que não se deve reduzir a educação integral a um simples aumento da carga horária do aluno na escola. Integralidade deve ser entendida a partir da formação integral de crianças,

adolescentes e jovens, buscando dar a devida atenção para todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais. Esse processo formativo deve considerar que a aprendizagem se dá ao longo da vida (crianças, adolescentes, jovens e adultos aprendem o tempo todo), por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. Assim, propõe-se que cada escola participante da Educação Integral no Distrito Federal, ao elaborar seu projeto político pedagógico, repense a formação de seus alunos de forma plena, crítica e cidadã.

- Intersetorialização: a Educação Integral deverá ter assegurada a intersetorialização no âmbito do Governo entre as políticas públicas de diferentes campos, em que os projetos sociais, econômicos, culturais e esportivos sejam articulados, buscando potencializar a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação.

- Transversalidade: a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola deverá garantir uma Educação Integral que pressupõe a aceitação de muitas formas de ensinar, considerando os diversos conhecimentos que os alunos trazem de fora da escola. A transversalidade só faz sentido dentro de

uma concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos alunos e da comunidade.

- Diálogo Escola e Comunidade: as escolas que avançaram na qualidade da educação pública foram as que avançaram no diálogo com a comunidade (BRASIL, 2008). Na Educação Integral é necessária a transformação da escola num espaço comunitário, legitimando-se os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida. Assim, o projeto pedagógico implica pensar na escola como um polo de indução de intensa trocas culturais e de afirmação de identidades sociais dos diferentes grupos presentes, com abertura para receber e incorporar saberes próprios da comunidade, resgatando tradições e culturas populares.

- Territorialidade: significa romper com os muros escolares, entendendo a cidade como um rico laboratório de aprendizagem. Afinal, a educação não se restringe ao ambiente escolar e pode ser realizada em espaços da comunidade como igrejas,

salões de festa, centros e quadras comunitárias, estabelecimentos comerciais, associações, posto de saúde, clubes, entre outros, envolvendo múltiplos lugares e atores. A educação se estrutura no trabalho em rede, na gestão participativa e na corresponsabilização pelo processo educativo.

Torna-se necessário enfrentar o desafio primordial de mapear os potenciais educativos do território em que a escola se encontra, planejando trilhas de aprendizagem e buscando uma estreita parceria local com a comunidade, sociedade civil organizada e poder local, com vistas à criação de projetos socioculturais significativos e ao melhor aproveitamento das possibilidades educativas.

- Trabalho em Rede: todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens. O estudante não é só do professor ou da escola, mas da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando. Nessa ambiência favorável ao diálogo, o professor não está sozinho, faz parte da equipe da escola e da rede de ensino. Pensar e desenvolver um projeto de educação integral para o Distrito Federal pressupõe reconhecer as fragilidades de um modelo de educação que tem dificultado o acesso ao conhecimento em todas suas formas de manifestação e contribuído para aprofundar o fosso social entre os estudantes da escola pública. Parafraseando Boaventura de Sousa Santos, este é o momento de despedida desse modelo com algumas resistências e medos, de lugares conceituais, teóricos e epistemológicos, porém não mais convincentes e adequados ao tempo presente, “[...] uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho de outras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada” (SANTOS, 2003, p. 58). O projeto de educação integral orienta-se pelos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural.

2 Princípios epistemológicos

Toda proposta curricular é situada social, histórica e culturalmente; é a expressão do lugar de onde se fala e dos princípios que a orientam. Falar desses princípios

epistemológicos do Currículo de Educação Básica da SEDF nos remete ao que compreendemos como princípios. Princípios são ideais,

aquilo que procuramos atingir e expressam o que consideramos fundamental: conhecimentos, crenças, valores, atitudes, relações, interações. Dentro da perspectiva de Currículo Integrado, os princípios orientadores são: teoria e prática, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilização. Esses princípios são centrais nos enfoques teóricos e práticas pedagógicas no tratamento de conteúdos curriculares, em articulação a múltiplos saberes que circulam no espaço social e escolar.

- **Princípio da unicidade entre teoria e prática**

Na prática pedagógica criadora, crítica, reflexiva, teoria e prática juntas ganham novos significados. Ao reconhecer a unidade indissociável entre teoria e prática, é importante, também, considerar que, quando são tratadas isoladamente, assumem caráter absoluto, tratando-se na verdade de uma fragilidade no seio de uma unidade indissociável. Vázquez (1977) afirma que, ao falar de unidade entre teoria e prática, é preciso considerar a autonomia e a dependência de uma em relação à outra; entretanto, essa posição da prática em relação à teoria não dissolve a teoria na prática nem a prática na teoria, tendo em vista que a teoria, com sua autonomia relativa é indispensável à constituição da práxis e assume como instrumento teórico uma função prática, pois “é a sua capacidade de modelar idealmente um processo futuro que lhe permite ser um instrumento – às vezes decisivo – na práxis produtiva ou social” (idem, p. 215).

Nessa perspectiva de práxis, o conhecimento é integrado, há uma visão articulada de áreas de conhecimento/componentes curriculares, de saberes e de ciências; as metodologias são mais dinâmicas, mutáveis e articuladas aos conhecimentos. A avaliação das aprendizagens adquire sentido emancipatório quando passa a considerar o conhecimento em sua totalidade e em permanente construção.

Para garantir a unicidade da teoria-prática no currículo e sua efetividade na sala de aula, devemos privilegiar estratégias de integração que promovam reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos voltados para a construção do conhecimento, permeados por incentivos constantes ao raciocínio, problematização, questionamento,

dúvida. O ensino que articula teoria e prática requer de professor e estudantes a tomada de consciência, revisão de concepções, definição de objetivos, reflexão sobre as ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para a qual se pensam as atividades. Do professor, especificamente, exige a abertura para o diálogo e a disposição para repensar cotidianamente a organização da aula (SILVA, 2011), com a clareza do **Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar?** São os elementos articuladores entre as áreas de conhecimentos/componentes curriculares e atividades educativas que favorecem a aproximação dos estudantes aos objetos de estudo, permitindo-lhes desvelar a realidade e atuar crítica e conscientemente, com vistas à apropriação/ produção de conhecimentos que fundamentam e operacionalizam o currículo, possibilitando encontrar respostas coletivas para problemas existentes no contexto social.

• **Princípio da interdisciplinaridade e da contextualização**

A interdisciplinaridade e a contextualização são nucleares para a efetivação de um currículo integrado. A interdisciplinaridade favorece a abordagem de um mesmo tema em diferentes disciplinas/componentes

curriculares e, a partir da compreensão das partes que ligam as diferentes áreas do conhecimento/componentes curriculares, ultrapassa a fragmentação do conhecimento e do pensamento. A contextualização dá sentido social e político a conceitos próprios dos conhecimentos e procedimentos didáticopedagógicos, propiciando relação entre dimensões do processo didático

(ensinar, aprender, pesquisar e avaliar). O professor que integra e contextualiza os conhecimentos de forma contínua e sistemática contribui para o desenvolvimento de habilidades, atitudes, conceitos, ações importantes para o estudante em contato real com os espaços sociais, profissionais e acadêmicos em que irá intervir. A organização do processo de ensino-aprendizagem em uma situação próxima

daquela na qual o conhecimento será utilizado, facilita a compreensão e favorece as aprendizagens dos estudantes. Destacamos que a determinação de uma temática, interdisciplinar ou integradora, deverá ser resultante de uma discussão de base curricular, visto que são os conhecimentos científicos pautados nesse Currículo que

irão indicar uma temática. Essa ação rompe com a lógica de determinação de temas sem uma reflexão sobre os conhecimentos em diferentes áreas e com as tentativas frustradas de forçar uma integração que não existe, dificultando a implementação de atividades interdisciplinares na escola. A interdisciplinaridade pode acontecer em duas dimensões: no próprio componente curricular (intra) e entre componentes curriculares (inter). No próprio componente curricular, quando são utilizados outros tipos de conhecimentos (artes, literatura, corpo e movimento, relações interpessoais, entre outras) que irão auxiliar ou favorecer a discussão específica do conhecimento do componente curricular. Já entre os componentes curriculares, busca-se a integração existente entre os diferentes conhecimentos.

O princípio da interdisciplinaridade estimula o diálogo entre conhecimentos científicos, pedagógicos e experienciais, criando possibilidades de relações entre diferentes conhecimentos e áreas. Santomé (1998) afirma que “[...] interdisciplinaridade é fundamentalmente um processo e uma

filosofia de trabalho que entram em ação na hora de enfrentar os problemas e questões que preocupam em cada sociedade” (p.65), contribuindo para a articulação das diversas disciplinas e, ao mesmo tempo, favorecendo o trabalho colaborativo entre os professores. Para garantir que a interdisciplinaridade se efetive em sala de aula necessário se faz que os professores dialoguem, rompendo com a solidão

profissional característica das relações sociais e profissionais na modernidade. Nas escolas públicas do DF, o diálogo necessário para que assumamos concepções e práticas interdisciplinares tem local para acontecer: as coordenações pedagógicas, espaços-tempos privilegiados de formação continuada, planejamento, discussão do currículo e organização do trabalho pedagógico que contemplem a interdisciplinaridade como princípio. A seguir, um processo elaborado por Santomé (1998), que costuma estar presente em qualquer intervenção interdisciplinar:

a. Definição de um problema, tópico, questão.

b Determinação dos conhecimentos necessários, inclusive as áreas/disciplinas a serem consideradas.

- c. Desenvolvimento de um marco integrador e questões a serem pesquisadas.
- d. Especificação de estudos ou pesquisas concretas que devem ser desenvolvidos.
- e. Articulação de todos os conhecimentos existentes e busca de novas informações para complementar.
- f. Resolução de conflitos entre as diferentes áreas/disciplinas implicadas no processo, procurando trabalhar em equipe.
- g. Construção de vínculos comunicacionais por meio de estratégias integradoras, como: encontros, grupos de discussão, intercâmbios, etc.
- h. Discussão sobre as contribuições, identificando sua relevância para o estudo.
- i. Integração dos dados e informações obtidos individualmente para imprimir coerência e relevância.
- j. Ratificação ou não da solução ou resposta oferecida ao problema levantado inicialmente.
- k. Decisão sobre os caminhos a serem tomados na realização das atividades pedagógicas e sobre o trabalho em grupo.

• Princípio da Flexibilização

Em relação à seleção e organização dos conteúdos, este Currículo define uma base comum, mas garante certa flexibilidade para que as escolas, considerando seus projetos político-pedagógicos e as especificidades locais e regionais, enriqueçam o trabalho com outros conhecimentos igualmente

relevantes para a formação intelectual dos estudantes. A flexibilidade curricular dá abertura para a atualização e a diversificação de formas de produção dos conhecimentos e para o desenvolvimento da

autonomia intelectual dos estudantes, para atender as novas demandas de uma sociedade em mudança que requer a formação de cidadãos críticos e criativos. Amplia, portanto, a possibilidade de reduzir a rigidez curricular ao favorecer o diálogo entre os

diferentes conhecimentos, de forma aberta, flexível e coletiva, numa tentativa de romper as amarras impostas pela organização das grades curriculares repletas de pré-requisitos. A flexibilidade do currículo é viabilizada pelas práticas pedagógicas

dos professores, articuladas ao projeto político-pedagógico da escola. Ao considerar os conhecimentos prévios dos estudantes, o professor torna possível a construção de novos saberes, ressignificando os saberes científicos e os do senso comum. Nessa visão, os conhecimentos do senso comum são transformados com base na ciência, com vistas a “[...] um senso comum esclarecido e uma ciência prudente [...], uma configuração do saber” (SANTOS, 1989, p. 41), que conduz à emancipação e à criatividade individual e social. Ao promover a articulação entre os conhecimentos científicos e os

saberes dos estudantes, o professor contribui para que partam de uma visão sincrética, caótica e pouco elaborada do conhecimento, reelaborando-a numa síntese qualitativamente superior (SAVIANI, 2008). Nessa perspectiva, abrimos espaço para experiências, saberes, práticas dos sujeitos comuns

que protagonizam e compartilham com professores saberes e experiências construídas em espaços sociais diversos.

Educação Inclusiva

O objetivo da educação especial inclusiva é ensinar a todos seus estudantes, sem distinção e com qualidade, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensinoaprendizagem, bem como seu desenvolvimento global. Assim, a sala de aula do ensino regular representa o espaço real de inclusão no contexto escolar, uma vez que as diferenças se apresentam como fator que contribui para a convivência com a heterogeneidade, em um ambiente inclusivo e de enriquecimento. É importante destacar que o atendimento especializado não pode ser restrito às salas de recursos; ele é abrangente em termos de estratégias pedagógicas, ações políticas e diversidade de recursos acessíveis, didáticos e pedagógicos que, juntos, possibilitam efetivação da proposta curricular para esse grupo de estudantes.

Nesta perspectiva, o currículo deve ser dinâmico e flexível e proporcionar situações para que ocorram as aprendizagens. O currículo inclusivo deve considerar a possibilidade de superar a lógica de adaptações de conteúdos e ampliar o conhecimento de estudantes acerca de suas experiências de vida. A organização curricular de Educação Especial concretiza-se em eixos transversais e tem na perspectiva inclusiva a possibilidade de favorecer aprendizagens a partir da educação para a diversidade, cidadania e educação em e para direitos humanos e educação para a sustentabilidade. Deste modo, os pressupostos inclusivos deverão estar presentes e ser garantidos em currículos de todos os níveis e modalidades, segundo sua natureza e especificações

6. OBJETIVOS

- Oportunizar a todos os segmentos da escola a participar do desenvolvimento e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola;
- Promover a qualidade de ensino de forma emancipatória e inclusiva, em consonância com o que rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Primar pela formação integral do aluno, respeitando suas limitações e particularidades, preparando-o para o exercício da cidadania de forma autônoma;
- Favorecer a ressignificação das concepções de ensino e de aprendizagem dos atores da instituição educacional, promovendo a consolidação de uma cultura de sucesso escolar;
- Contribuir com a formação continuada do corpo docente;
- Contribuir para a reflexão acerca dos diversos aspectos pedagógicos e intersubjetivos, com vistas à oxigenação das práticas e das relações no contexto escolar;

- Criar uma política de avaliação contínua da gestão escolar, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, com o apoio do Conselho Escolar, para que todos tenham condições de participar efetivamente do processo de gestão democrática;
- Realizar procedimentos de avaliação/intervenção às queixas escolares, visando conhecer e investigar os múltiplos fatores envolvidos no contexto escolar;
- Garantir espaço de reflexões, acerca do contexto educacional e do trabalho transformador que facilitem a tomada de decisões, a construção e a implementação de estratégias administrativo-pedagógico;
- Articular ações com os profissionais do Serviço de Orientação Educacional, Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem e da Sala de Recurso, quando se tratar dos alunos ANEES (Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais), ou outros com dificuldades de aprendizagem e disciplinares;
- Aprimorar o desenvolvimento da prática pedagógica;
- Construir uma política de recursos humanos voltada para a motivação profissional e o bem estar dos servidores;
- Garantir a participação dos pais, responsáveis, professores e auxiliares em educação nas ações do Conselho Escolar;
- Aplicar os recursos financeiros, (PDAF / PDDE / Associação de Pais e Mestres – APM), de forma participativa e transparente, com ética e responsabilidade, observando ainda os princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e legalidade na administração do dinheiro público;
- Fazer a prestação de contas periodicamente, dos recursos financeiros da escola à Coordenação Regional de Ensino do Gama, conforme legislação vigente;
- Estruturar os momentos de análise e avaliação dos problemas cotidianos com a participação de todos os segmentos desta escola;

- Oferecer aos alunos a oportunidade da construção do conhecimento considerando o Currículo em Movimento da Educação Básica, vivenciado e reconstruído no cotidiano escolar, utilizando estratégias didático-pedagógico;
- Resignificar as reuniões e coordenações pedagógicas como um espaço de construção de saberes, planejamento das ações e outras práticas pedagógicas;
- Reestruturar os programas esportivos de forma a atender aos alunos em suas necessidades;
- Considerar o processo avaliativo, tanto nos aspectos pedagógicos como da legalidade, considerando-o como um processo contínuo e coletivo;
- Implementar projetos pedagógicos e atividades culturais com o envolvimento de toda a comunidade escolar priorizando a participação das famílias na escola;
- Repensar a prática pedagógica a fim de compreender e saber os fatores que interferem no processo ensino e aprendizagem dos alunos;
- Elevar os índices de desempenho escolar dos alunos e a qualidade do ensino, considerando o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o IDDF (Indicador de Qualidade das Escolas Públicas do Distrito Federal), SIADE (Sistema de Avaliação do Desempenho das Instituições Educacionais do Sistema de Ensino do Distrito Federal), como programas avaliativos;
- Comparar, através do SIADE, o desempenho da instituição educacional, tendo como base, seu próprio desempenho no ano anterior;
- Investigar o percentual de alunos da escola que não alcançaram os níveis de desempenho escolar esperados;
- Favorecer a implantação dos projetos específico da escola.

7. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A Escola Classe 18 do Gama busca atender os anseios da sociedade que aí está e em especial, da comunidade local, assumindo o compromisso de promover uma

formação integral e integrada do indivíduo, focada não só nas exigências do mercado de trabalho, mas também na construção de valores e de atitudes capazes de gerar uma transformação positivas na realidade social que temos, com a formação de indivíduos éticos, criativos e acima de tudo, felizes.

Dessa forma, a equipe escolar buscou elencar de forma fundamentada, através de estudos e discussões os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica.

7.1. Currículo

Conforme Saviani, “[...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola.” . Trata-se das atividades essenciais que a escola não pode deixar de desenvolver, sob pena de perder a sua especificidade. O processo de “seleção do conhecimento” a ser incorporado ao currículo não deve se dar de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta . A problematização da realidade pelo professor como parte do método da prática pedagógica é fundamental, pois a seleção do conhecimento que se vincula à definição dos objetivos de ensino implica definir “prioridades” (distinguir o que é principal do que é que secundário), o que é ditado “[...] pelas condições da situação existencial concreta em que vive o homem.”

Neste contexto, a trajetória para a concretização deste currículo se deu da seguinte forma:

2011 – Avaliação diagnóstica da versão experimental do Currículo experimental nas escolas.

2011 (Segundo Semestre) – Realização de plenárias com a participação dos segmentos profissionais e posterior sistematização dos debates.

2012 – Continuidade das discussões com os Grupos de Trabalho e elaboração de uma minuta, organizada por cadernos, denominada “Currículo em Movimento”.

2013 – Processo de validação do Currículo em Movimento por meio de formação nas CREs e nas unidades escolares (EAPE).

2013 – Reelaboração do texto pela SUBEB, a partir das contribuições advindas das instituições educacionais e das CREs, materializadas no Currículo da Educação Básica.

2014 – Concretização do Currículo em Movimento em todas as escolas públicas do Distrito Federal.

Historicamente, o conceito de currículo expressa ideias como conjunto de disciplinas/matérias, relação de atividades a serem desenvolvidas pela escola (...) com períodos de tempo rigidamente fixados e conteúdos selecionados para satisfazer alguns critérios avaliativos. (Pressupostos Teóricos – Currículo em Movimento da Educação Básica, pp 21).

Nesse sentido, nossa escola, ainda tem resquício dessa construção histórica a respeito de currículo; em muitos momentos se encontra presa a desenvolver conteúdos fragmentados em temas teóricos, como por exemplo, Português, Matemática, História e Geografia, com vistas a buscar resultados em instrumentos avaliativos único, “as provas”.

Há tentativas esporádicas de rompimento com conceitos apenas teóricos, mas precisamos avançar mais. Nessa busca, precisamos de estruturas básicas adequadas, como por exemplo, materiais tecnológicos, espaço físico, tempo, recursos materiais e humanos, para desenvolver um currículo com a concepção de educação integral.

7.2. Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Cultural: base teórico-metodológica

O currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, opção teórico-metodológico que se assenta em inúmeros

fatores, sendo a realidade socioeconômica da população do Distrito Federal um deles. Isso porque o Currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes. A democratização do acesso à escola para as classes populares requer que esta seja reinventada tendo suas concepções e práticas refletidas e revisadas com vistas ao atendimento às necessidades formativas dos estudantes, grupo cada vez mais heterogêneo que adentra a escola pública do DF. (Currículo em Movimento da Educação Básica -- Pressupostos Teóricos, pp 30).

Sendo assim, a Escola Classe 18 tem buscado cada vez mais atender os estudantes, considerando as condições em que vivem, suas experiências, onde moram, suas necessidades e suas peculiaridades, colocando-os como protagonistas do processo ensino e aprendizagem e tendo o professor como mediador do conhecimento.

Apresentamos assim, uma ação pedagógica, dentro da organização curricular, voltada para o processo ensino/aprendizagem dentro da concepção de educação integral, que seja de qualidade e inclusiva. Que viabilize a integração de estudantes com necessidades educacionais especiais ao meio social, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências, proporcionando autonomia nas práticas de ações cotidianas, vida profissional e enquanto cidadãos conscientes de suas responsabilidades, de seus direitos, com a utilização de recursos humanos, didáticos e tecnológicos que permitam o alcance da amplitude dessas possibilidades.

Permeamos ainda, nossas ações educativas com a participação da família em nossas festas e eventos, estimulando a vivência familiar social e prazerosa incentivando sempre a inserção social do ANEE's em espaços sociais de lazer e cultura.

7.3. Eixos Transversais

Apresentamos aqui os Eixos Transversais em conformidade com o Currículo em Movimento; a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

A expectativa é de que a transversalidade desses temas torne o Currículo mais reflexivo e menos normativo e prescritivo, ao mesmo tempo em que indica que a responsabilidade pelo estudo e discussão dos eixos não é restrita a grupos ou professores individualmente, mas ao coletivo de profissionais que atuam na escola. (Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos, pp 36).

7.3.1 Educação para a Diversidade

A diversidade pode ser entendida como a percepção evidente da variedade humana, social, física e ambiental presente na sociedade (...) o termo diversidade significa diferença, dessemelhança, heterogeneidade, desigualdade. A diversidade está relacionada, a um só tempo, à diferença de padrões, saberes e culturas hierarquizadas e à desigualdade econômica. (Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos, pp 39 e 40).

A Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Orgânica asseguram a todos, o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, bem como a garantia de direito às pessoas, independentemente de idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano ou religião.

A SEEDF reestrutura seu Currículo de Educação Básica partindo da definição de diversidade, com base na natureza das diferenças de gênero, de intelectualidade, de raça/etnia, de orientação sexual, de pertencimento, de personalidade, de cultura, de patrimônio, de classe social, diferenças motoras, sensoriais, enfim, a diversidade vista como possibilidade de adaptar-se e de sobreviver como espécie na sociedade. (Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos, pp 41).

Dessa forma, a EC 18 do Gama propõe desenvolver um trabalho pedagógico sobre o tema Diversidade, voltado para a construção do conhecimento, considerando o Currículo da SEEDF, a respeito de:

- Dos Povos Indígenas (estatuto);
- A inclusão de negros na sociedade brasileira, bem como as dificuldades que esse povo tem enfrentado nessa temática;
- Estudo a respeito dos termos: afro-brasileiro, antirracismo, etnocentrismo, xenofobia, dentre outros;
- A questão do gênero (homem / mulher) – desigualdades na sociedade brasileira;
- A construção de valores, compreensões e regras de comportamento em relação ao outro, na diversidade;
- Desenvolver e aprimorar conhecimentos para a construção de opiniões a respeito de educação para a diversidade, levando-se em conta a existência da exclusão no ambiente escolar;
- Conhecer e entender a educação do
- campo como modalidade de ensino.

7.3.2. Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos

Almeja-se que as pessoas e ou grupo social que comungam do espaço escolar se reconheçam como sujeitos de direitos, capazes de exercê-los e promovê-los ao mesmo tempo em que respeitem os direitos do outro. Busca-se, portanto, desenvolver a sensibilidade ética nas relações interpessoais com todas as formas de vida. Nesse horizonte, a finalidade da Educação em e para os Direitos Humanos é a formação na e pela vida e convivência. (Pressupostos Teóricos – Currículo em Movimento da Educação Básica, pp 56).

7.3.3. Educação para a Sustentabilidade

O eixo transversal Educação para a Sustentabilidade, no currículo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, sugere um fazer pedagógico que busque a construção de cidadãos comprometidos com o ato de cuidar da vida, em todas as fases e tipos, pensando no hoje e nas próximas gerações. O eixo

perpassa o entendimento crítico, individual e coletivo de viver em rede e de pensar, refletir e agir acerca da produção e consumo consciente, qualidade de vida, alimentação saudável, economia solidária, agroecologia, ativismo social, cidadania planetária, ética global, valorização da diversidade, ente outros. (Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos, pp 63).

O conceito de desenvolvimento sustentável conduz ao raciocínio de um desenvolvimento que una a sociedade, o meio ambiente e a economia de forma equilibrada.

Este tema tem sido tratado na escola de forma, simples, superficial e limitado.

Desenvolver atividades na escola que envolva a reciclagem de papel, coleta seletiva, economia de água, de energia, etc., são ações que articula a teoria com a prática escolar num processo inicial acerca da reflexão sobre esta temática.

7.4. Currículo Integrado

Embora a EC 18 do Gama ainda não tenha superado a organização do trabalho pedagógico pautado em conteúdos prescritivos, linear e hierarquizada, em um currículo coleção, nossa perspectiva é, a partir da construção deste Projeto Político Pedagógico, fundamentar e pôr em prática um currículo integrado, ao qual propõe o Currículo em Movimento da Educação Básica.

Nesta perspectiva o trabalho pedagógico desenvolvido até aqui deverá ser repensado, considerando alguns aspectos:

- A fragmentação e descontextualização dos conteúdos culturais e das atividades didático-pedagógicas e acadêmicas realizadas na escola;
- A utilização do livro didático como definidor do que o professor prioriza em sala de aula;
- As disciplinas escolares trabalhadas de forma isolada, impedindo os vínculos necessários com a realidade dos alunos;
- Os conteúdos são transmitidos e depois reproduzidos pelos alunos;

A efetivação deste Currículo na perspectiva da integração, só será possível, se considerados alguns princípios tais como: teoria e prática: (Para que Ensinar? O que Ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar?) – interdisciplinaridade e contextualização: acontece em duas dimensões: INTRA; no próprio componente curricular e INTER; agregando-se outros tipos de conhecimento (arte, literatura, corpo e movimento, relações interpessoais, entre outras. – flexibilização: considera os projetos político-pedagógicos e as especificidades de cada escola.

7.5. Avaliação Para as Aprendizagens: Concepção Formativa

Embora os documentos oficiais da SEEDF e escolas explicitem, do ponto de vista conceitual, a avaliação formativa, ainda é comum o uso da função somativa (...). A intenção desta Secretaria é a de possibilitar, por meio de formação continuada dos profissionais da educação, a modificação dessa ótica e dessas práticas. (Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos, pp 71).

Não diferente desta constatação, a EC 18 do Gama, também não foge a esta realidade.

Ainda hoje, a avaliação da aprendizagem se sustenta no paradigma positivista, e portanto, distancia-se do avaliado, buscando certa “neutralidade”. Enquanto isso, a avaliação para as aprendizagens se compromete com o processo e não somente com o produto da avaliação.

Não podemos deixar de salientar, que hoje, o Conselho de Classe é a maior instância dentro do processo avaliativo da EC 18 do Gama. Isso é positivo. A dificuldade que a escola enfrenta é pôr em prática as ações deliberadas neste Conselho para que os alunos que não estão se desenvolvendo academicamente, como o esperado, alcancem o sucesso escolar.

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A organização do trabalho pedagógico da Escola Classe 18 do Gama acontecerá como prevê a Proposta Pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA,

com a implantação do primeiro ciclo, composto do primeiro bloco (1º Ano, 2º Ano e 3º Ano, iniciados com crianças em idade de seis anos completos, ou a completar até 31 de Março do ano corrente).

O segundo Bloco contemplará alunos que estejam cursando os 4º e 5º Anos.

O ensino especial que atenderá em Classe Especial, alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD.

Seja no atendimento a alunos do BIA, alunos dos Anos Iniciais do segundo bloco ou do ensino especial, esta organização se dará em conformidade com a educação integral voltada para a implementação de um currículo integrado, atentando para os eixos integradores – Alfabetização, Letramento, Ludicidade, Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Religioso, bem como os eixos transversais – Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade, culminando com a concretização do Currículo em Movimento da Educação Básica do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Educação Especial.

Para tanto, contamos com o apoio de todos os atores envolvidos; com a atuação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA, Sala de Recursos, Monitor, professores do Projeto Piloto “Educação com Movimento, dentre outros.

a. Ensino Fundamental – 09 Anos

O Ensino Fundamental é direito de todos, com atendimento obrigatório a partir de seis anos de idade completos ou a completar até o dia 31/3, em todas as Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, conforme a legislação em vigor (Resolução nº 1/2012-CEDF).

A organização do Ensino Fundamental na EC 18 do Gama está estruturada com o 2º Ciclo de Aprendizagem: (Bloco 1: BIA – 1º / 2º e 3º Anos) e (Bloco 2: 4º e 5º Anos – Anos Iniciais).

8.2 . Bloco Inicial de Alfabetização – BIA

O objetivo geral do BIA é reestruturar o Ensino Fundamental para 09 anos, garantindo à criança a partir dos 6 anos de idade, a aquisição da alfabetização/letramento na perspectiva da ludicidade e do seu desenvolvimento global. (Proposta Pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização, pp 11).

Os objetivos específicos referem-se à reorganização do tempo e dos espaços escolares, à reestruturação do processo de ensino-aprendizagem, à organização do currículo escolar, à sistematização e a orientação da ação educativa do professor.

O BIA compreende o atendimento às crianças de 6, 7, e 8 anos de idade enturmados pelo critério de idade.

- 1º Ano – 06 anos
- 2º Ano – 07 anos
- 3º Ano – 08 anos.

Nas primeiras semanas de aula é realizada a avaliação diagnóstica, incluindo o teste da psicogênese da leitura e escrita, para conhecimento das habilidades e competências já adquiridas pelos alunos.

O reagrupamento, um dos princípios que sustentam a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, e que poderá ocorrer em três modalidades: intraclasse, interclasse e extraclasse.

Atualmente a Escola Classe 18 do Gama dispõe de 11 turmas de BIA sendo:

- 04 turmas de 1º ano / 04 turmas de 2º ano / 04 turmas de 3º ano

8.3 Ensino Especial Na Perspectiva da Educação Inclusiva

O objetivo da educação especial inclusiva é ensinar a todos seus estudantes, sem distinção e com qualidade, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino-aprendizagem, bem como seu desenvolvimento global. Assim, a sala de aula do ensino regular representa o espaço real de inclusão no contexto escolar, uma vez que as diferenças se apresentam como fator que contribui para a convivência com a heterogeneidade, em um ambiente inclusivo e de enriquecimento. É importante destacar que o atendimento especializado não pode ser restrito às salas de recursos; ele é abrangente em termos de estratégias pedagógicas, ações políticas e diversidade de recursos acessíveis, didáticos e pedagógicos que, juntos, possibilitam efetivação da proposta curricular para esse grupo de estudantes. (Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Especial, caderno nº 7, pp 11).

Desta forma, a EC 18 do Gama propõe atendimento aos alunos com necessidades educacionais especializada; com deficiências, transtorno global do desenvolvimento - TGD e altas habilidades / superdotação, considerando o Currículo em Movimento da Educação Básica, articulado com a organização curricular e processos avaliativos, apresentado neste documento; um currículo dinâmico, flexível que proporcione situações para que ocorra a aprendizagem, na perspectiva inclusiva.

Considerar-se-á a metodologia para atendimento ao aluno com TGD, com programas e procedimentos específicos, que considerem o grau de necessidade do aluno, de forma individual, desenvolvendo, desde o currículo funcional até outras ferramentas pedagógicas, como por exemplo, sala de aula com rotina estruturada, instrumentos de avaliação, como o Portage, o Plano Pedagógico Individual – PPI, dentre outros considerados no currículo para os estudantes com TGD.

8.4. Atuação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

Partindo do fato de que, cada vez mais os envolvidos no processo da educação formal buscam constantemente maior qualidade de ensino, o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem é hoje uma realidade nas escolas públicas do Distrito Federal

permeando o desenvolvimento do trabalho pedagógico favorecendo a concretude dessa necessidade.

Seguindo a Orientação Pedagógica (Portaria 254 de 12 de dezembro de 2008), este serviço deverá atuar de maneira preventiva e interventiva, colaborando para superação das dificuldades existentes no processo de ensino e aprendizagem, numa abordagem contextualizada ao meio sócio-histórico-cultural da comunidade escolar onde a instituição educacional está inserida.

Assim, apresentamos em linhas gerais, de acordo com a Orientação Pedagógica – Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, a constituição do nosso trabalho nesta instituição educacional que objetiva promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de intervenções avaliativas, preventivas e institucionais de acordo com as modalidades existentes nesta instituição educacional: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Educação Especial favorecendo o bom desempenho de toda a comunidade escolar local com vistas à concretização de uma cultura de sucesso escolar.

Existem referências de trabalhos voltados para o atendimento de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem, desde 1968, na Escola Parque 307/308 Sul, com foco voltado para diagnóstico e ambulatorial.

A partir de 2003 a SEEDF, em comissão elaborada por representantes da Diretoria de Apoio Pedagógico – DAP e da Diretoria de Apoio de Ensino Especial - DEE, elaborou o plano de diretrizes gerais ao trabalho das Equipes de Apoio fundamentadas na Educação para a Diversidade, em abordagem construtiva e interacionista, buscando aperfeiçoar o serviço e potencializar os recursos humanos existentes.

No entanto, a principal reorganização, já experimentada em quatro décadas de atividades, ocorreu durante o ano de 2008, quando houve um amplo processo de discussão acerca do aprimoramento da atuação dos profissionais que compunham o serviço de apoio multidisciplinar da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF (O. P. 2010).

Hoje esta instituição educacional conta com uma EEAA (Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem), formado por uma pedagoga fixa na escola e uma psicóloga itinerante que juntas, com o apoio de toda a comunidade escolar está desenvolvendo um trabalho coletivo na perspectiva multidisciplinar e inclusiva.

Esta equipe atuará na promoção de ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da escola, principalmente, professores e gestores, bem como no apoio à equipe escolar, favorecendo a apropriação de conhecimentos. (O.P. 2010).

Assim, baseado no estudo de Marino Araujo e Almeida (2005), a atuação da EEAA será orientado por três grandes dimensões:

- **Mapeamento Institucional da Escola**

Etapa inicial e indispensável no processo de atuação do SEAA na instituição educacional, de modo a conhecer, investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares de todo o contexto escolar. (O.P. 2010).

- **Assessoria ao Trabalho Coletivo**

Contribuir, em parceria com os demais profissionais, para a promoção da análise crítica acerca da identidade profissional dos atores da instituição educacional, principalmente do corpo docente, de modo a provocar a revisão e/ou a atualização de suas atuações.

- **Acompanhamento do Processo de Ensino e de Aprendizagem**

- Discussões acerca das Práticas de Ensino**

- Intervenção nas Situações de Queixas Escolares**

Realização de ações de intervenção educacional junto aos professores, às famílias e aos alunos encaminhados com queixas escolares, individualmente ou em grupo, de acordo com a demanda apresentada, com vistas ao sucesso escolar, tendo como base o PAIQUE (Procedimentos de Avaliação das Queixas Escolares), considerando os três níveis de intervenção; escola, família e aluno.

ATUAÇÃO	AÇÕES	PERIODICIDADE PREVISTA
<p>1. Mapeamento Institucional:</p> <p>Nas dimensões: pedagógica, administrativa, social, cultural, entre outros. Numa perspectiva de uma atuação preventiva e institucional, buscando a compreensão do contexto escolar, valorizando as características particulares que interferem diretamente no desempenho da escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreensão da história da escola; ✓ Análise dos documentos norteadores do funcionamento da escola; ✓ Analisar como se dá a relação entre os atores da escola; ✓ Verificar junto à comunidade escolar quais concepções e pressupostos conduzem as práticas na instituição; ✓ Analisar a conjuntura social, política e econômica na qual a escola se insere; ✓ Entre outras que nas unidades escolar se fizer necessário. 	<p>✓ Ao longo do ano letivo com ênfase nos primeiros meses de aula.</p>
<p>2. Assessoria ao trabalho coletivo:</p> <p>Visando auxiliar a instituição escolar na conscientização dos processos educativos, tanto no que se refere aos avanços, compreendidos como ações pedagógicas bem sucedidas, quanto aos desafios que podem ser superados por meio de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nas coordenações pedagógicas; • Participação dos conselhos de classe; • Participação nas reuniões ordinárias (bimestrais de pais e mestres) e extraordinárias; • Contribuir na elaboração dos projetos e eventos escolares diversos; • Contribuir com a formação continuada do corpo docente, por meio de oficinas temáticas e 	<p>Semanais; Quinzenais ; Mensais; Bimestral; Semestral e Anual (conforme agenda da Unidade de Ensino e/ou demanda da mesma)</p>

ação coletiva.	palestra previamente definidas; Etc.	
<p>3. Acompanhamento do processo de Ensino-Aprendizagem:</p> <p>Buscando momentos de reflexão acerca da forma pela qual se dá a aplicação de métodos e técnicas pedagógicas desenvolvidas pelos atores da escola abrangendo as competências de cada um buscando uma concretização de uma cultura de sucesso escolar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Observações dos espaços escolares; • Entrevistas aos diversos atores envolvidos como processo de formação dos alunos; • Análise do histórico escolar dos alunos; • Análise das atividades desenvolvidas pelos alunos ao longo do ano letivo; • Discussões acerca das práticas de ensino visando melhora o desempenho escolar dos alunos; • Oficinas e troca de experiências de forma reflexiva pelos diversos atores da escola; • Intervenção nas situações de queixa escolar conforme estabelece o Procedimento de Avaliação e Intervenção das Queixas Escolares e Níveis de Intervenção – PAIQUE 	<p>Diário Semanais; Quinzenais; Mensais; Bimestral; Semestral e Anual (conforme necessidade da Unidade de Ensino)</p>

8. 5. Atuação da Sala de Recursos

A Sala de Recurso Generalista atuará no sentido de organizar as ações pedagógicas e administrativas para atender os alunos com Necessidades Educacionais Especiais – ANEES, da Escola Classe 18 do Gama, definindo estratégias para cada modalidade, conforme suas especificidades e em conformidade com a Orientação Pedagógica das Salas de Recursos.

O professor de apoio utilizará recursos e estratégias diferenciadas, a fim de oferecer suporte educacional aos estudantes para que os mesmos alcancem o currículo da base comum, respeitando evidentemente suas potencialidades.

Nesse sentido a Sala de Recursos Generalista atenderá os alunos matriculados nesta instituição educacional, diagnosticados com: Deficiência Intelectual, Deficiência Física e alunos com Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD (Espectro de autismo, Síndrome de Asperger , Síndrome de Rett ou Transtorno Degenerativo da Infância) e que não estejam matriculados em turmas de Classe Especial.

7.6 Atuação dos(as) Professores(as) de Educação Física

O ensino de Educação Física na Escola Classe 18 como em todas as escolas Classe da SEEDF tem legitimidade e é respaldado em um de seus documentos norteadores:

“A Educação Física é indispensável nos anos iniciais, porque pode proporcionar diversidade de experiências às crianças por meio de uma proposta pedagógica que favorece criar, inventar, descobrir novos movimentos, ver e rever conceitos e ideias sobre o movimento e suas ações, ou seja, a construção do repertório motor fundamental para a conquista da autonomia funcional do indivíduo. (...)”. Partindo desses pressupostos, em busca da melhoria da qualidade da educação, **a SEDF pretende, a partir de projetos pilotos, incluir a docência de Educação Física na equipe pedagógica dos anos iniciais.** (PPP Carlos Mota, pp. 57 e 58).

Educação Física nos Anos Iniciais e o Currículo em Movimento:

A Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não pode ser tratada como uma mera atividade física que busque apenas o aperfeiçoamento motor ou que seja utilizada aleatoriamente, como ocupação do tempo ocioso da criança, tampouco ser usada como simples atividade de lazer, apartada do fazer pedagógico da escola. (Trecho retirado do Currículo em Movimento)

Objetivo:

O Objetivo do “Projeto Educação com “ é o de aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos da cultura corporal presentes na Educação Física mediante a intervenção pedagógica de um professor especialista nesta área do conhecimento que, integrado e inter-relacionado ao trabalho do professor regente, contemple um melhor atendimento das necessidades pedagógicas do estudante dos anos iniciais do Ensino Fundamental, proporcionando a ele um desenvolvimento em seus aspectos social, afetivo, cognitivo e motor (desenvolvimento integral do estudante).

Carga Horária:

- Aulas de 50 minutos duas vezes por semana.
- No turno matutino todas as 12 turmas são contempladas com duas aulas de Educação Física com duração de 50 minutos por semana. (O 1º ano “B” é atendido junto com o 2º ano “A” e o 2º ano “B” é atendido junto com a Turma de Classe Especial – TGD; as demais turmas são atendidas individualmente).
- No turno vespertino todas as 12 turmas são contempladas com duas aulas, por semana, de Educação física com duração de 50 minutos cada. (O 1º ano D é atendido juntamente com a turma de TGD, 4º C e atendida juntamente com o 5º D e o 2º D com 2º C. Tal junção foi feita devido ao número reduzido de alunos em cada turma).

8.7. Atuação dos (as) Monitor(as) e Educadores (as) Sociais

A atuação do monitor na Escola Classe 18 do Gama será exclusiva para os estudantes com Deficiências e Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD, mediante indicação em estudo de caso realizado pelos profissionais dos Serviços de Apoio da escola (Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA, Serviço de Orientação Educacional – SOE e Sala de Recursos), professor regente envolvido no atendimento ao aluno em virtude da necessidade de apoio para o seu desempenho funcional em relação às habilidades adaptativas de locomoção, higiene e alimentação.

Considerar-se a que a atuação do monitor é prioritária para alunos com Deficiência Física – Altas Necessidades Educacionais, após apreciação em estudo de caso a ser realizado com os profissionais que acompanham o estudante, tendo em vista a necessidade de apoio para o seu desempenho funcional em relação às habilidades adaptativas de locomoção, higiene e alimentação, em conformidade com a portaria Nº 305 de 23 de Dezembro de 2013.

8.8. Atuação dos (as) Professores (as) Readaptados (as)

A EC 18 do Gama tem um efetivo de quatro professoras readaptadas. A atuação destas, se dará em conformidade com a legislação vigente.

7.9 Plano de Ação do(s) Coordenador(es) Pedagógico

Objetivos:

- Zelar pelo cumprimento de suas atribuições segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Promover a descentralização das decisões do coletivo de professores e equipe gestora;
- Avaliar as atividades desenvolvidas na instituição educacional;
- Promover reuniões coletivas com planejamento prévio em parceria com o Supervisor Pedagógico;
- Fortalecer a participação da comunidade de pais ou responsáveis, na vida escolar dos educandos;

- Viabilizar planejamento pedagógico coletivo entre os turnos matutino e vespertino.

Metas:

- Garantir a participação da equipe escolar na tomada de decisões;
- Oportunizar momentos para avaliação das atividades desenvolvidas na escola;
- Direcionar as atividades a serem desenvolvidas nas reuniões coletivas de forma organizada, conforme a necessidade do grupo;
- Planejar e direcionar os projetos e/ou atividades que serão desenvolvidas na escola antecipadamente à sua execução;
- Promover atividades pedagógicas que envolva, incentive e motive a comunidade de pais ou responsáveis na escola;
- Articular reuniões bimestrais setORIZADAS entre os Anos do BIA e do 2º Bloco, para planejamento pedagógico coletivo;

Ações:

- Realização de reuniões com a equipe escolar para tomar decisões;
- Após a realização das atividades desenvolvidas, avaliar a execução dessas, no sentido de manter o que deu certo e rever o que não aconteceu como o planejado;
- Definição dos projetos a serem desenvolvidos na escola;
- Apresentação desses projetos à equipe escolar;
- Definição e distribuição das atribuições de cada um mediante a realização de ações para os projetos ou para as atividades a serem realizadas;
- Realização do evento “Dia da Família Na Escola”;
- Realização de encontros, palestras ou oficinas com a participação da família;
- Definição em calendário escolar específico, um dia, por bimestre para que ocorra o encontro coletivo, com a participação dos turnos matutino e vespertino.

9. ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

Para a realização das discussões sobre as concepções, práticas e estratégias de avaliação do processo ensino e aprendizagem vivenciada pela equipe escolar da EC 18, aproveitamos o dia temático destinado à Avaliação Pedagógica do Semestre (conforme calendário escolar – 10/09/2014) para refletirmos e discutirmos à respeito desta temática.

Desta forma utilizamos como base para estudo as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF para o triênio 2014/ 2015/ 2016.

Inicialmente foi apresentado a todos, os últimos resultados de avaliação desta escola, baseados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Os números apresentados deixaram o grupo preocupado, pois mostrou uma queda no rendimento escolar dos alunos do 5º Ano – Anos Iniciais, especificamente na Prova Brasil.

Após a leitura e discussões das diretrizes de avaliação educacional da SEEDF, o grupo definiu algumas ações que deverão nortear as estratégias de avaliação do processo ensino e aprendizagem para melhorar o desempenho escolar dos alunos:

- Estabelecer instrumentos avaliativos específico, como por exemplo, a prova, que deverá ser elaborada de forma criteriosa e bem planejada, para todos os alunos, considerando o BIA e o Segundo Bloco (4º e 5º Anos), seguindo padrões conhecidos como Prova Brasil e Provinha Brasil e em consonância ao que se propõe o Currículo em Movimento;
- A aplicação deste instrumento avaliativo deve preceder de planejamento de ações pedagógicas em sala de aula, visando o processo de ensino e aprendizagem dos alunos;
- Deve preceder também do envolvimento da equipe gestora em todas as ações (planejamento / articulação entre professores e equipe pedagógica, recursos necessários, materiais, tempo e espaço, etc.) para a realização desta atividade;
- Os instrumentos e práticas pedagógicas avaliativas devem ser comuns a todos os envolvidos, no sentido de que a escola é uma só. Não tem como um turno planejar ações avaliativas diferentes do outro turno escolar;

- O corpo docente considerou que a participação da equipe gestora, neste processo é de fundamental importância.

A respeito do questionário apresentado ao corpo docente:

- Alguns professores se isentaram de opinar à respeito da temática;
- A maioria concorda que a avaliação possibilita aos indivíduos o repensar, o replanejar; no sentido de buscar e alcançar melhor qualidade no processo de ensino e aprendizagem;
- É necessário que a escola reveja o processo de avaliação até agora, aqui implementado, onde os alunos sinalizam o que não sabem e não é levado em conta os conhecimentos já adquiridos, para daí partir para novas aprendizagens;
- É preciso entender que a prática avaliativa é uma via de mão dupla, tanto o professor é avaliado, como também é avaliado o aluno, no sentido de conhecer quais são os conhecimentos adquiridos pelo aluno, para então, o professor atuar como mediador de conhecimento;
- Neste sentido, a escola tem avançado lentamente neste processo avaliativo, mas são avanços significativos, como por exemplo, a formação continuada dos professores no PNAIC e EAPE e a aplicação desta formação, em sala de aula;

9.1 Como a Prática Avaliativa é Desenvolvida na Escola

Embora a equipe escolar da EC 18 tenha sempre buscado realizar procedimentos e práticas pedagógicas avaliativas de forma a oferecer ensino de qualidade aos alunos e melhores resultados escolares, a realidade é que ainda é necessário rever como essa prática é desenvolvida na escola.

Hoje, o resultado com índices de reprovações é grande, principalmente nas turmas de 3º Anos do BIA e o resultado da Prova Brasil dos 5º Anos está longe de ser o que projetamos para esses alunos.

Embora o discurso sobre avaliação seja aquele discurso sobre avaliação formativa, global, impessoal, não punitiva, etc., o fato é que a prática, nem sempre está acontecendo como queremos ou dizemos.

A avaliação tem acontecido, na maioria dos casos, com a aplicação das provas, reuniões bimestrais com os pais para discussão e apresentação dos resultados obtidos nestes instrumentos avaliativos.

Geralmente, essas reuniões acontecem, após a realização dos Conselhos de Classe, que não são participativos e que servem de relatos dos professores sobre suas angústias; apresentação de alunos que não estão desenvolvendo no processo ensino e aprendizagem como o esperado, os que são atendidos pela EEAA, Sala de Recursos, casos de infrequência escolar, famílias ausentes, etc.

Algumas ações até são elencadas para a resolução dos problemas apresentados ou possíveis soluções, mas geralmente as soluções não vêm, ou quando vêm, atende em parte, as expectativas dos professores envolvidos.

Os professores do BIA têm buscado no teste da psicogênese da leitura e escrita uma forma de avaliar e acompanhar o rendimento escolar dos alunos no processo da leitura e escrita. Esses testes têm sido aplicados bimestralmente.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Para subsidiar o processo de elaboração e sistematização da organização curricular da EC 18 do Gama, inicialmente fizemos o estudo do Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), considerando que esta escola pertence ao sistema público de ensino do Distrito Federal. Além do currículo, a escola fundamentou essa organização curricular nos princípios teóricos-filosóficos assumidos pelos profissionais e expressos neste Projeto Político Pedagógico.

O planejamento se dará a partir de planejamento por unidade didática, estabelecendo elementos que compõem o processo de ensino, com objetivos, conteúdos, estratégias de ensino e aprendizagem, estratégia de avaliação para a aprendizagem, recursos e cronogramas.

Uma unidade didática será formada por uma série ordenada e articulada de objetivos / conteúdos / atividades, fazendo a integração desta, com os projetos específicos, os eixos integradores, os eixos transversais, temáticas, atividades diversas a serem desenvolvidos na escola, com uma ou diversas áreas de conhecimento ou componentes curriculares, procurando fazer a integração possível, através da interdisciplinaridade.

A unidade didática poderá também promover a integração curricular por meio de problemas ou questões que emergem, tanto do contexto sócio no qual os alunos e profissionais estão inseridos, como dos conteúdos propostos.

O professor e equipe pedagógica farão o estudo do caderno da etapa ou do componente curricular, objetivando a progressão dos conteúdos, considerando o a modalidade de atendimento desta escola; Anos Iniciais (Bloco Inicial de Alfabetização – BIA – 1º / 2º / 3º Anos e o 2º Bloco – 4º e 5º Anos e Ensino Especial com as turmas de Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD , antes da integração por área.

A equipe pedagógica e professores nortearam o planejamento das unidades didáticas observando os seguintes critérios:

- Cada professor(a) precisa compreender o proposto no Currículo para o seu componente curricular, procurando organizar os objetivos e conteúdos, propostos, ano a ano, observando o seu nível de profundidade e abrangência e elencando as opções metodológicas mais adequadas aos conteúdos, bem como as estratégias de avaliação para a aprendizagem;
- Em seguida, a partir do princípio da flexibilidade e interdisciplinaridade curricular (ver página 68-70 do caderno de Pressupostos Teóricos do Currículo) e de acordo com a etapa / modalidade, os professores (as), em grupos por área de atuação, selecionarão os objetivos e conteúdos por bimestre;
- Com base nos objetivos e conteúdos organizados progressivamente para compor a unidade didática, os (as) professores (as) definirão com seus pares: a possibilidade de elegerem um tema, um projeto, um problema ou uma questão do contexto social no qual os estudantes e profissionais estão inseridos, definirão quais os **eixos integradores** das etapas e modalidades serão abordadas, a partir dos conteúdos das unidades didáticas, definirão também quais **eixos transversais** serão abordados; educação para a diversidade, educação para a sustentabilidade e educação em e para os direitos humanos, considerando o enfoque que será dado em cada unidade didática.
- Cada unidade didática poderá ser desenvolvida em várias semanas do ano até que se alcancem os objetivos de aprendizagem para cada ano. O detalhamento da unidade didática será feito no planejamento das aulas.

A integração do Currículo com as atividades / ações pedagógicas e projetos institucionais desenvolvidos na EC 18 do Gama, deverão acontecer de forma articulada com os serviços de apoio e atendimento: Sala de Recursos, Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA, Orientação Educacional e de outros atendimentos como, por exemplo: da Sala de Leitura, dos professores readaptados e dos professores de educação física.

A Sala de Recursos deverá coordenar e acompanhar de forma articulada a promoção / elaboração da adequação curricular para atendimento dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais – ANEE´S, com os professores regentes.

As adequações curriculares deverão ser previstas nas unidades didática e nos planejamentos das aulas, observando a necessidade do(a) professor(a).

Para a elaboração da adequação curricular, o(a) professor(a) regente e professor(a) da Sala de Recursos poderão recorrer a estratégias de ensino, de aprendizagem e de avaliação diferenciadas em respeito às especificidades dos alunos com Deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e Altas Habilidades. Os profissionais aqui envolvidos, precisam explicitar a perspectiva de inclusão em todas as áreas de conhecimento.

Observações Importantes para os (as) professores(as):

- Os conteúdos devem ser trabalhados de forma contínua e crescente, em observância à progressão curricular, conforme os alunos vão progredindo social e cognitivamente;
- A realização da progressão curricular não pressupõe dividir artificialmente os conteúdos do componente curricular, nem simplificá-lo a ponto de torná-lo superficial e sem significado;
- Não é possível idealizar uma progressão curricular sem considerar as necessidades / dificuldades de aprendizagem dos alunos, em seu contexto sócio-histórico, tendo como referência a concepção de avaliação formativa;
- O detalhamento da (s) unidade (s) didática (s) será realizado no Plano de Aula. A aula é o espaço-tempo de formação humana, acadêmica e profissional em que se desenvolvem processos de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar e que pressupõe uma relação fundamental, a relação professor (a) e alunos (as) mediados pelo conhecimento. A aula concretizará os objetivos e intencionalidades deste Projeto Político Pedagógico.
- A estrutura sugerida de Plano de Aula encontra-se em anexo neste documento.

10 . PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PP

Dimensão: Gestão Pedagógica

OBJETIVOS:

- Elevar os índices do Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB dos alunos desta escola;
- Desenvolver e organizar o Currículo em Movimento da Educação Básica, para que o mesmo seja vivenciado e reconstruído, considerando as peculiaridades do dia-a-dia da EC 18 do Gama, utilizando estratégias didático-pedagógicas;
- Desenvolver projetos na escola, contemplando temas relevantes aos eixos transversais; educação para a diversidade, sustentabilidade e cidadania e educação em e para os direitos humanos;
- Repensar a prática pedagógica a fim de compreender e saber os fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem dos alunos;

METAS:

- Implementar metodologias em sala de aula que elevem os índices de aprovação dos estudantes desta escola;
- Alcançar a meta de resultados avaliativos proposta pelo IDEB;
- Acompanhar e intervir, quando necessário nas ações e prática pedagógica desenvolvidas na escola, objetivando a elevação dos resultados de larga escala (Provinha Brasil, ANA, etc.).

AÇÕES:

- Intervenção nas turmas a serem avaliadas pelo IDEB, a fim de trabalhar de maneira sistemática, os conteúdos e objetivos propostos para os 5ºs Anos – Anos Iniciais;
- Implementação de projetos pedagógicos com o envolvimento de toda a comunidade escolar priorizando a participação da comunidade escolar;

- Consideração da realidade escolar e inserir instrumentos avaliativos, como, por exemplo, a “prova” (do tipo objetiva de múltiplas escolhas nas respostas);
- Utilização de atividades como, por exemplo, a simulação de avaliações de larga escala e usar os resultados obtidos, para acompanhamento interno do processo ensino e aprendizagem dos alunos de 5º Ano – Anos Iniciais;
- Promoção de estudos sobre temáticas relacionadas ao processo ensino e aprendizagem, durante o ano letivo de 2014, com o envolvimento da equipe pedagógica e dos professores (em reuniões coletivas da escola);
- Efetivação de momentos para o planejamento coletivo com todos os docentes, a fim da troca de experiências;
- Promoção de reuniões quinzenais (por bloco – 1º e 2º, setorizados), para acompanhamento do planejamento diário, dificuldades e providências para cada turma, com a equipe pedagógica e professores;
- Realização bimestral do conselho de classe;
- Avaliação do trabalho pedagógico realizado na escola, conforme calendário escolar (dias temáticos).

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES:

- Ao longo do ano letivo, conforme estabelecidas em cronograma das atividades escolares da EC 18 do Gama.

RESPONSÁVEIS:

- Equipe Gestora, equipe de coordenação pedagógica e professores.

CRONOGRAMA:

- Ao longo do ano letivo.

11.1. Dimensão: Gestão de Resultados Educacionais

OBJETIVOS:

- Promover a qualidade de ensino de forma inclusiva;
- Reduzir o índice de repetência dos alunos dos Anos Iniciais, com a adoção de práticas de avaliação formativa.
- Zelar pela frequência escolar dos alunos da EC 18 do Gama, para evitar possíveis reprovações;
- Melhorar o desempenho escolar dos estudantes do 3º Ano do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA;
- Melhorar o desempenho escolar dos estudantes do 5º Ano do 2º Bloco – Anos Iniciais com a adoção de práticas pedagógicas com ênfase à qualidade do ensino;
- Implementar metodologias em sala de aula que garantam uma participação mais efetiva dos estudantes da EC 18 do Gama, na construção do conhecimento;

METAS:

- Reduzir ao final de 2016 o índice de reprovação dos alunos da EC 18 – 3º Ano do BIA para 15 % (Hoje são 18%), sendo 2014 – 17% - 2015 – 16% - 2016 15%;
- Reduzir ao final de 2016 o índice de reprovação dos alunos da EC 18 – 4º Ano – Anos Iniciais para 4% (Hoje são 7%), sendo 2014 – 6% - 2015 – 5% - 2016 4%;
- Manter ou reduzir para 0% os índices de reprovação dos alunos da EC 18 – 5º Ano – Anos Iniciais (Hoje é 0,8%), zelando pela qualidade do processo ensino e aprendizagem;
- Analisar, numa ação reflexiva sobre os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da EC 18 do Gama com os resultados de aprovação destes alunos na escola;
- Utilizar estratégias diferenciadas na realização do trabalho pedagógico diário de acordo com as dificuldades apresentadas pelos alunos;

- Envolver a família e/ou responsável no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes;
- Solicitar junto à Coordenação Regional de Ensino do Gama, o profissional para o Serviço de Orientação Educacional (Orientador Educacional – falta recurso humano).

AÇÕES:

- Estabelecer parcerias com o Conselho Tutelar e comunidade de pais, na perspectiva de diminuir o índice de infrequência escolar dos alunos;
- Estudos e elaboração de fichas e instrumentos para acompanhamento das reuniões (família / escola), considerando que o conselho de classe desta escola, ainda não é participativo;
- Desenvolvimento de projetos específicos para a melhoria dos resultados do processo ensino e aprendizagem;
- Possibilitar aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, oportunidade e condições para que estes possam se desenvolver através da sala de recursos, sala de apoio à aprendizagem – SAA, EEAA e recuperação paralela;
- Promover aulas de reforço escolar;
- Motivar os alunos a participarem de atividades complementares ao Currículo;
- Envolvimento da comunidade de pais nas atividades culturais da escola;
- Possibilidade de envolvimento de forma efetiva da comunidade de pais no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos que apresentam rendimento escolar abaixo do esperado;
- Desenvolvimento do reagrupamento de acordo com o que prevê a proposta do BIA;

- Desenvolvimento de projeto interventivo para os alunos que estão com dificuldades de aprendizagem;
- Desenvolvimento de projetos de autoestima para os alunos desmotivados para os estudos, em parceria com o Serviço de Orientação Educacional – SOE.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES:

- Ao longo do ano letivo, conforme estabelecidas em cronograma das atividades escolares da EC 18 do Gama;

RESPONSÁVEIS:

- Toda a Comunidade Escolar

CRONOGRAMA:

- Ao longo do ano letivo.

10.1 Dimensão: Gestão Participativa

OBJETIVOS:

- Buscar parcerias no sentido de garantir maior qualidade no desenvolvimento no processo educacional, em observância ao que dispõe o decreto Nº 28.235 de 25/08/2007 que dispõe sobre a inclusão do serviço voluntário no Projeto Político Pedagógico das instituições educacionais da rede pública de ensino;
- Garantir ao Conselho Escolar o cumprimento das ações conforme legislação vigente;
- Garantir à Associação de Pais e Mestres - APM desta escola o cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2014;

METAS:

- Garantir a descentralização das decisões que envolvam as atividades diárias da instituição educacional, de forma que todos os membros da comunidade escolar possam garantir sua participação/opinião;
- Divulgar à toda comunidade escolar sobre a identificação dos membros do Conselho Escolar e da Associação de Pais e Mestres - APM desta escola;

AÇÕES:

- Apresentação de listagem com os nomes de todos os membros do Conselho Escolar e da Associação de Pais e Mestres – APM, desta escola em lugar de livre acesso à informação;
- Divulgação através de bilhetes, cartazes, reuniões, murais as informações sobre as ações desenvolvidas no âmbito escolar;
- Desenvolvimento do projeto PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), nas turmas dos 5º Anos – Anos Iniciais, em parceria com a Polícia Militar do Distrito Federal;
- Atuação dos (as) educadores (as) sociais;
- Participação do DETRAN (Departamento de Trânsito), dentre outros órgãos, nas apresentações de teatro na escola.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES:

- Através de reuniões ao longo do ano letivo;
- Através da avaliação proposta na atividade / ação / projeto realizadas.

RESPONSÁVEIS:

- Equipe gestora, Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres – APM da escola.

CRONOGRAMA:

- Ao longo do ano letivo de 2014 em consonância com o cronograma das atividades escolares da escola.

10.2 Dimensão: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- Garantir o cumprimento das atribuições de cada segmento escolar, conforme plano de ação proposto neste Projeto Político Pedagógico e em conformidade com o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Desenvolver a integração e articulação entre os agentes (todos os segmentos da comunidade escolar), envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- Reunir esforços para melhorar o desempenho escolar dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a qualidade do ensino, a fim de reduzir os índices de evasão escolar e repetência;
- Estabelecer maior comprometimento da comunidade escolar para elevar o índice do IDEB da escola;
- Reunir esforços para que seja elevado o índice de aproveitamento e a qualidade do ensino, ofertado aos alunos da EC 18 do Gama.

METAS:

- Cumprir com as atribuições de cada segmento da comunidade escolar, conforme o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e os Planos de Ação que constam neste Projeto Político Pedagógico;
- Alcançar maior envolvimento, comprometimento e parceria de toda a comunidade escolar;

- Solicitar junto à Coordenação Regional de Ensino do Gama, o profissional para o Serviço de Orientação Educacional (Orientador Educacional – falta recurso humano).

AÇÕES:

- Cumprimento de todas as atribuições dos diversos segmentos desta comunidade escolar.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES:

-

RESPONSÁVEIS:

- Toda a equipe escolar.

CRONOGRAMA:

- Ao longo do ano letivo.

10.3 Dimensão: Gestão Financeira

OBJETIVOS:

- Aplicar os recursos financeiros, (PDAF – PDDE), de forma transparente e participativa, com ética e responsabilidade;
- Observar os princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e legalidade, quando da administração e aplicação do dinheiro público;

- Incentivar a Associação de Pais e Mestres – APM, a contribuir financeiramente, de acordo com a legislação vigente.

METAS:

- Organizar, planejar e aplicar os recursos financeiros desta escola, da melhor forma, atendendo às leis vigentes, às necessidades da escola em conformidade com as decisões do Conselho Escolar;
- Fazer levantamento prévio com o Conselho Escolar sobre as necessidades da escola, no âmbito financeiro (principais gastos, compras de materiais, quantitativos, etc.), considerando a legislação vigente;
- Utilizar os recursos da Associação de Pais e Mestres – APM em melhorias da qualidade de vida do aluno;
- Fazer a prestação de contas dos recursos financeiros à Coordenação Regional de Ensino do Gama, conforme legislação vigente.

AÇÕES:

- Evitar desperdícios com os diversos materiais (pedagógicos, higiene, manutenção, etc.), existentes na escola;
- Reuniões periódicas com a comunidade escolar/Conselho Escolar para prestação de contas dos recursos financeiros da escola;

AValiação das Ações:

- Através do acompanhamento, prestação de contas e reuniões periódicas com os envolvidos no processo.

RESPONSÁVEIS:

- Membros da equipe gestora, Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres – APM.

CRONOGRAMA:

- Ao longo do ano letivo em reuniões periódicas.

10.4 Dimensão: Gestão Administrativa

OBJETIVOS:

- Adquirir materiais necessários para o desenvolvimento das ações educacionais.
- Zelar pelo patrimônio da escola;
- Conferir anualmente o patrimônio da escola;
- Repor o patrimônio da escola “extraviado”, em consonância com a legislação vigente;
- Zelar pela estrutura física da escola, de modo a oferecer conforto e segurança para os alunos;
- Realizar a manutenção da estrutura física da escola, sempre que necessário;

METAS:

- Zelar pela aquisição de materiais acústicos de boa qualidade (som, microfone, caixa de som, etc), para a realização de eventos culturais na escola;
- Buscar recursos para a implementação de metodologias tecnológicas em sala de aula, de modo a tornar as aulas mais atraentes para o aluno e proveitosas para os professores;

AÇÕES:

- Aquisição de som, microfone para a realização dos eventos culturais;
- Realização de pequenos reparos para que seja construída uma janela de vidro para acesso a aparelhagem de som (na parede que divide o pátio e secretaria);
- Manutenção dos banheiros para os alunos;
- Aquisição de datashow e caixa amplificada para os professores;

- Aquisição de uma televisão fixa para a sala dos professores (reuniões coletivas, conselho de classe, etc);
- Aquisição de quadros brancos, cortinas, televisão móvel para todas as salas de aula;
- Aquisição de materiais esportivos para as aulas de educação física (bolas, cordas, redes, etc);
- Manutenção nas salas de aula (goteiras, lâmpadas, tomadas, portas, armários, fechaduras, cadeados, etc);
- Aquisição de novas cadeiras e carteiras para os alunos.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES:

- Priorizar a aquisição de materiais, considerando o que é mais urgente na escola.

RESPONSÁVEIS:

- Toda a comunidade escolar, principalmente o Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestre e equipe gestora desta escola.

CRONOGRAMA: No decorrer do ano letivo

11 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PP

A avaliação deste Projeto Político Pedagógico deve possibilitar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, se constituirá em um processo amplo e abrangente, que abarca todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos envolvidos.

A equipe gestora deverá ser parte integrante do processo avaliativo uma vez que será responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma não se constituirá no único segmento avaliativo no âmbito da instituição escolar, devendo também lançar também o olhar sobre si próprio, uma vez que está diretamente envolvida no processo ensino-aprendizagem.

A avaliação será processual e contínua, em uma prática formativa, com a participação de todos os envolvidos, através da observação sistemática do comportamento de toda a comunidade escolar local.

No decorrer do ano, acompanharemos a avaliação educacional de todo o processo pedagógico, primando por uma educação de qualidade em que a avaliação se proceda de maneira contextualizada e interdisciplinar, considerando o que propõe o Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), bem como as Diretrizes de avaliação Educacional Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala 2014 – 2016.

Assim, o conhecimento será adquirido gradativamente. Não serão os instrumentos/procedimentos que definirão a função formativa, mas a intenção do avaliador, no caso, o professor, e o uso que fará desses instrumentos. Nesse sentido, apoiaremos a utilização de diferentes formas de avaliar para a conquista das aprendizagens por parte de todos os alunos da EC 18 do Gama.

A avaliação deste Projeto Político Pedagógico acontecerá especialmente no início de cada ano letivo, mas também ao longo do ano, em dias temáticos, previstos em calendário escolar, se dará por meio de discussões em reuniões coletivas pedagógicas, registros escritos sob as mais variadas formas; relatórios, cartazes, anotações do professor, gráficos, etc. Serão realizados grupos de discussões entre equipe pedagógica, professores, pais, mães, responsáveis e alunos, no sentido de rever, se necessário, as atividades/ações desenvolvidas.

11. PROJETOS ESPECÍFICOS

- Projeto: 50 anos de EC18 - Festa da Família na Escola
- Projeto: Primeiros Socorros Nas Primeiras Séries
- Projeto: Gincana Cultural
- Projeto: Festa Junina
- Projeto: Jogos da Primavera
- Projeto de Leitura: Semana Literária
- Projeto Feira de Ciências
- Projeto ALFALETRAR: Eu escrevo a minha história
- Projeto: Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos alunos com Necessidades Especiais.
- Projeto: Conscientização do Uso Sustentável da Água.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal. Brasília – DF, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 29 de Dezembro de 1996.

_____. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Especial. Brasília – DF, 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais. Brasília – DF, 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos. Brasília – DF, 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF. Orientação Pedagógica, Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas. Brasília – DF, 2014.

SEEDF. Diretrizes de Avaliação Educacional Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala 2014 – 2016. Brasília – DF, 2013.

_____. Estratégia de Matrícula 2014. Portaria nº 303, de 23 de Dezembro de 2013. Brasília – DF, 2013.

_____. Manual da Secretaria Escolar. Brasília – DF, 2010.

_____. Orientação Pedagógica da Educação Especial. Brasília – DF, 2010.

_____. Orientação Pedagógica – Serviço Especializada de Apoio à Aprendizagem. Brasília – DF, 2010.

_____. Projeto Político Professor Carlos Mota. Brasília – DF, 2012.

_____. Proposta Pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA. Brasília – DF, 2006.

_____. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília – DF, 2009.

13. ANEXOS

Logomarcas da Escola Classe 18 do Gama



13.1 DESCRIÇÃO DOS PROJETOS

13.1.1 Projeto 50 aos de EC18: Família Na Escola

OBJETIVOS:

- Proporcionar interação entre família e escola;
- Proporcionar a participação ativa da família no processo de ensino e aprendizagem dos alunos;
- Aperfeiçoar a capacidade da família enxergar o aluno na sua totalidade e processo de aprendizagem;
- Promover a integração entre família e escola, estimulando o rendimento e o comportamento escolar;
- Estimular o crescimento do aluno, fortalecendo sua auto-estima e potencializando as relações afetivas na família;

Enfatizar a importância do diálogo dentro do ambiente escolar e familiar;
- Ressaltar a importância da afetividade na escola e na família;
- Levar as famílias a fazer uma revisão de valores de forma que adotem atitudes de solidariedade, companheirismo, respeito e cooperação para com as crianças;
- Estreitar as relações entre a família e a escola.

PRINCIPAIS AÇÕES

- Planejamento das principais ações / atividades que serão desenvolvidas neste dia;
- Definição das oficinas a serem realizadas no decorrer do evento;

- Elaboração de cronograma de atividades, oficinas e apresentações;
- Confecção de trabalhos artísticos e murais em consonância a temática trabalhada.

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

- Equipe Gestora e coordenação pedagógica;
- Professores regentes das turmas.

AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO

A avaliação ocorrerá no decorrer e no término do processo analisando as potencialidades e possíveis falhas nos mecanismos produzidos no decorrer do processo.

13.1.2 PROJETO: PRIMEIROS SOCORROS NAS PRIMEIRAS SÉRIES

OBJETIVOS:

- Treinar as crianças para procedimentos básicos de Primeiros Socorros;
- Treinar as Crianças para identificar potenciais riscos à segurança;
- Treinar as Crianças a fazer a comunicação adequada em caso de acidente.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Será ensinado aos alunos os números de telefone dos seguintes órgãos: Polícia Militar, Bombeiros, SAMU;
- Será trabalhado a conscientização de não fazer “trote” com as chamadas de telefone para esses órgãos;

- Os alunos serão treinados em expressar uma comunicação efetiva com esses órgãos, informando fato, local, circunstância, pontos de referência e outros;
- Será ensinado ao educando fazer uma avaliação de cenário para que garanta sua integridade física, tal como observar se não há ponto de energia na vítima ou mesmo, não movimentar a vítima e caso de queda e outros;
- Será ensinado como proceder de forma efetiva a fazer comunicação com a vítima;
- Será ensinado como identificar pulso (batimento cardíaco);
- Será ensinado a fazer RCP;
- Será ensinado a utilizar o DEA (somente para as séries finais da primeira fase do Ensino Fundamental);
- Será ensinado a não remover objetos perfurantes do corpo em caso de acidente.
- Será ensinado sobre como evitar casos de lesão na coluna por conta de saltos em rios e pontes onde ocorre com frequência impacto com a cabeça;
- Será ensinado como evitar riscos de acidente com piscinas, tais como pisar em uma piscina enlondrada e riscos com sucção de ralo e outros.

PROFESSORES RESPONSÁVEIS:

- Professor Julior Roberto de Moura, matrícula: 204.173-1

AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO:

- A avaliação se dará através de atividades propostas aos alunos e em discussões nas reuniões pedagógicas, coletivas.

13.1.3 PROJETO: Gincana Cultural

OBJETIVOS:

- Promover a interação e a socialização dos alunos e professores;
- Resgatar a cultura da Cidade, o hábito de leitura e a pesquisa;
- Promover o protagonismo infanto-juvenil e o fortalecimento da comunidade escolar.
- Oportunizar momentos de aprendizagem prazerosa e divertida com atividades lúdicas e significativas;
- Desenvolver, através de atividades que exijam motivação física e intelectual, habilidades e formar atitudes e valores;
- Incentivar a cultura, a leitura e a pesquisa.

PRINCIPAIS AÇÕES

- Organização e Planejamento das ações;
- Escolher a temática de acordo com a necessidade do contexto escolar;
- Desenvolver as provas e habilidades no contexto pedagógico e com relação a temática escolhida;
- Fazer o sorteio das equipes estimulando o trabalho em grupo;
- Divulgar cronograma com as atividades a serem desenvolvidas;
- Divulgar prévias da pontuação e estabelecer critérios e desafios no decorrer da ação;
- Construir coletivamente um regulamento para que reger o trabalho de forma disciplinar e transparente para todas as equipes;
- Divulgar na festa junina o resultado final.

AValiação DO PROJETO E NO PROJETO

- A avaliação acontecerá no decorrer da implementação do projeto, ao longo do ano letivo, através de socialização da realização das ações / atividades em reuniões coletivas, para a retomada das próximas ações;
- Avaliar as ações / atividades que deu certo no projeto e rever o que precisa ser melhorado.

14.3 PROJETO: Festa Junina

OBJETIVOS:

- Conhecer as características das festas juninas em diferentes regiões do país;
- Valorizar e demonstrar atitudes de respeito ao trabalho e ao homem do campo;
- Compreender a história da festa junina, bem como seu valor dentro do folclore brasileiro, destacando seus aspectos sociais e religiosos;
- Perceber a importância do trabalho em equipe e a união do mesmo;

PRINCIPAIS AÇÕES

- Planejamento das principais ações / atividades que serão desenvolvidas no decorrer do projeto;
- Estimular a participação da comunidade com arrecadações em prol do evento;
- Organizar a Gincana Cultural como ação prévia do evento;
- Construção / elaboração de um cronograma de apresentações a serem desenvolvidas no dia da ação dentro da perspectiva da temática;
- Mobilizar a comunidade escolar e publicitar o evento para maior envolvimento de todos os agentes escolares.

- Buscar estrutura material para o maior comodidade e desenvolvimento do projeto.
- **RESPONSÁVEIS**
- Todos os agentes da escola (comunidade escolar, equipe gestora,
- professores e todos os demais servidores da escola

AValiação DO PROJETO E NO PROJETO

- A avaliação acontecerá no decorrer da implementação do projeto, ao longo do ano letivo, através de socialização da realização das ações / atividades em reuniões coletivas, para a retomada das próximas ações;
- Avaliar as ações / atividades que deu certo no projeto e rever o que precisa ser melhorado.

14.3 PROJETO: Jogos da Primavera

OBJETIVOS:

- Utilizar-se das atividades esportivas como meio de integração entre o corpo docente e discente e demais segmentos da comunidade escolar;
- Utilizar-se das atividades desenvolvidas no projeto para aprendizagem e compreensão da vitória ou derrota;
- Promover a socialização entre os alunos;
- Oportunizar aos alunos a reflexão e desenvolvimento de valores relacionados ao respeito mútuo;
- Incentivar o gosto pelas atividades físicas e jogos esportivos;
- Desenvolver o espírito de solidariedade e bom senso tendo como base o cumprimento das regras de cada modalidade esportiva;

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Futsal, handebol, atletismo e maratona (para os meninos e meninas): A competição será organizada entre as turmas e inscrições nas modalidades;
- As equipes serão formadas por turmas, podendo ter mais de uma equipe por turma, dependendo da quantidade de inscritos.
- A disputa será feita de duas formas: Todos jogarão contra todos, onde as duas melhores equipes do grupo serão classificadas para a final, Melhor de Três – onde a equipe que conseguir duas vitórias será considerada campeã.
- Queimada (para as meninas): A competição será dividida por anos (5º Ano contra 5º Ano, 4º Ano contra 4º ano e 3º Ano contra 3º Ano e as equipes serão formadas por turmas.
- A disputa será feita de duas formas:
- Primeira Forma: Todos contra todos; as duas melhores equipes do grupo serão classificadas para a final.
- Segunda Forma: Se Melhor de Três; a equipe que conseguir duas vitórias, será considerada a campeã das competições.
- Gincana: Destina aos alunos do 1º e 2º Anos do BIA.
- O desenvolvimento das atividades deste projeto acontecerá entre os dias 16/10 a 07/11 de 2018, conforme estabelecido no cronograma escolar.

PROFESSORES RESPONSÁVEIS:

- Professores de Educação Física da Escola. Classe 18 do Gama.

AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO:

- A avaliação será feita através da observação; o empenho dos alunos, as atitudes e comportamentos no decorrer da realização das atividades;

- A participação, colaboração e integração dos professores regentes e professores de Educação Física, bem como de todos os envolvidos no projeto;
- A disponibilidade do tempo e de materiais para a realização das atividades.

13.1.5 PROJETO DE LEITURA: Semana Literária

OBJETIVOS:

- Resgatar o valor da leitura de livros;
- Desenvolver com os alunos o prazer pela leitura;
- Promover o desenvolvimento do vocabulário;
- Oportunizar aos alunos acesso aos diversos tipos de leitura;
- Estimular nas crianças, o desejo por novas leituras;
- Possibilitar aos alunos, vivências de emoções, bem como o exercício da fantasia e da imaginação;
- Oportunizar aos alunos o encontro do (a) autor (a) do (s) livro (s) que leu (leram);
- Proporcionar aos alunos a oportunidade de ampliar horizontes pessoais e culturais.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Reunião com o corpo docente para esclarecimentos sobre o projeto;
- Planejamento coletivo das ações/atividades para o desenvolvimento do projeto;
- Definição sobre qual é o (a) autor (a) a ser convidado (a) (um por semestre);
- Coleta de exemplares de livros na Sala de Leitura e/ou em outros lugares do autor (a) selecionado (a);

- Aquisição de mais exemplares de livros do (a) autor (a), considerando a demanda;
- Cada professor (a), trabalhará um ou mais títulos do (a) autor (a), bem como a sua biografia;
- O (a) professor (a) incentivará os (as) alunos (as) a buscarem informações sobre o autor, através de atividades propostas, conforme o planejamento coletivo;
- Definição de um dia específico, pré-determinado, o (a) autor (a) selecionado (a) e convidado (a), virá à escola para fazer palestras sobre seus títulos nos dois turnos (matutino e vespertino);
- Os alunos serão incentivados para a aquisição de títulos/livros do autor (a) convidado(a);
- Neste dia será promovido momentos para autógrafos dos livros adquiridos pelos alunos, bem como tirar fotos com o (a) autor (a), etc.;
- Demais atividades serão buscadas para maior aperfeiçoamento do projeto (contadores de histórias, musicistas e membros da cultura popular em geral);

PROFESSORES RESPONSÁVEIS:

- Equipe pedagógica e equipe gestora;
- Professores em regência de classe.

AValiação DO PROJETO E NO PROJETO:

- Este projeto acontecerá uma vez ao cada nao, em data combinada com o coletivo da escola e disponibilidade do(a) autor(a) selecionado(a) e convidado(a);
- 2º Semestre / 2018 – Cesar Obeid;

- A avaliação se dará através de atividades propostas aos alunos e em discussões nas reuniões pedagógicas, coletivas.

13.1 .6 PROJETO: Feira de Ciências

OBJETIVOS:

- Despertar o gosto pela ciência e pela pesquisa;
- Incentivar a realização da mostra e proporcionar as condições necessárias para que ela aconteça;
- Assegurar o espaço de divulgação do conhecimento que está sendo construído na escola;
- Propiciar aos alunos momentos em que possam socializar o que estão aprendendo com os demais grupos;
- Encontrar soluções para a pergunta colocada pelo projeto, pesquisar em diferentes fontes, tomar decisões em grupos e pensar em como socializar o que foi aprendido;
- Considerar o público para definir a melhor maneira de comunicar as descobertas realizadas.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Planejar, junto com os professores, os trabalhos que serão realizados e dar sentido ao que vai ser proposto;
- Acompanhar o desenvolvimento dos projetos e contribuir na análise dos processos de ensino e aprendizagem;

- Garantir, por meio dos professores, que todos os estudantes terão a oportunidade de participar das atividades;
- Compartilhar o tema com os estudantes, definir as etapas de acordo com o método científico e orientar a pesquisa, evidenciando como o conhecimento explica os problemas do dia a dia;
- Planejar sistematizações para cada etapa para analisar os avanços e desafios.

PROFESSORES RESPONSÁVEIS:

- Equipe pedagógica e equipe gestora;
- Professores em regência de classe.

AValiação DO PROJETO E NO PROJETO:

- A avaliação se dará através de atividades propostas aos alunos e em discussões nas reuniões pedagógicas, coletivas.

14.7 PROJETO ALFALETRAR: Eu Escrevo a Minha História

OBJETIVOS:

- Oferecer atividades diversas de letramento e o contato com diversos gêneros literários
- Realizar intervenções através de reagrupamentos intraclasse e interclasse, atendendo as dificuldades dos alunos na leitura e na escrita;

- Desenvolver, de forma lúdica e diferenciada, o prazer pela leitura e pela produção de textos;
- Oportunizar aos alunos acesso aos diversos tipos de textos e portadores;
- Estimular as crianças através de atividades lúdicas e diferenciadas conforme o nível de compreensão da escrita;
- Possibilitar aos alunos, vivências de emoções, bem como o exercício da fantasia e da imaginação;

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Reunião com o corpo docente para esclarecimentos sobre o projeto;
- Diagnostico dos alunos através do teste da psicogênese a fim de escolher as melhores intervenções a serem realizadas.
- Planejamento coletivo das ações/atividades para o desenvolvimento do projeto;
- Definição sobre qual gênero literário a ser trabalhado durante cada mês de intervenção;
- Avaliação dos alunos através de novos testes a fim de definir novas intervenções.

PROFESSORES RESPONSÁVEIS:

- Equipe pedagógica e equipe gestora;
- Professores em regência de classe.

AValiação DO PROJETO E NO PROJETO:

- Este projeto acontecerá uma vez a cada bimestre, em data combinada com o coletivo da escola .

13.2 PLANOS DE AÇÃO:

13.2.1 Plano de Ação da Equipe Gestora (Diretor / Vice-diretor) Supervisor Administrativo e Supervisor Pedagógico

Objetivos:

- Promover a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola para a elaboração de um documento formal.
- Consolidar conhecimentos necessários relacionados às práticas pedagógicas desta escola, considerando que esta, atende alunos com idade entre seis a quatorze anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 09 Anos (Escola Classe).
- Reestruturar as reuniões do Conselho de Classe;
- Prover meios e ações pedagógicas para a recuperação dos alunos com histórico de reprovação escolar;
- Garantir o fluxo de informações do cotidiano da escola entre os diversos segmentos desta instituição escolar;
- Reivindicar junto à SEEDF recurso humano para exercer a função específica de Supervisor Administrativo, considerando a necessidade desta Instituição Educacional;
- Divulgar junto à comunidade escolar os membros do Conselho Escolar desta instituição educacional;
- Estabelecer inter-relacionamento harmonioso entre os membros da equipe gestora desta instituição educacional;
- Contribuir com uma política de recursos humanos voltados para a motivação profissional e o bem estar de todos os servidores da instituição educacional;
- Promover e fazer cumprir o(s) dia(s) para a “Avaliação Institucional” na escola;

- Promover encontros comuns para planejamento pedagógico entre os professores dos turnos matutino e vespertino;
- Viabilizar momentos para discussão e esclarecimentos acerca dos direitos e deveres do corpo docente;
- Zelar pelo registro diário das ocorrências da instituição educacional em documento formal;
- Promover a descentralização das ações pedagógicas e decisões da instituição educacional entre a equipe gestor;
- Viabilizar à comunidade escolar maior acessibilidade a documentos de interesse comum;
- Promover reuniões pedagógicas coletivas no âmbito escolar;
- Participar efetivamente das reuniões coletivas da instituição educacional;
- Zelar pelo registro diário das ocorrências da instituição educacional em documento formal;
- Orientar e direcionar o trabalho pedagógico a ser desenvolvido pelos professores recém-nomeados e/ou recém-contratados;
- Promover a elaboração coletiva do calendário escolar específico;
- Divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas, promovidas pela instituição educacional, CRE e demais órgãos ligados a SEEDF.

Metas:

- Participar da elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico desta instituição educacional;
- Viabilizar material didático e meios necessários para a realização das atividades relacionadas à construção e elaboração do PPP;

- Respeitar e fazer cumprir o Estatuto da Criança e do adolescente, bem como o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal e/ou outros documentos legais vigentes;
- Inovar as ações pedagógicas vivenciadas no Conselho de Classe;
- Contribuir com o planejamento, organização e execução das atividades a serem realizadas no Conselho de Classe;
- Propor momentos para reflexão avaliativa das atividades desenvolvidas no Conselho de Classe;
- Mediar junto aos professores e coordenador(s) possíveis soluções para sanar as dificuldades enfrentadas pelo grupo para desenvolver os projetos de reforço e / ou outras atividades (reagrupamentos), visando o sucesso escolar dos alunos;
- Viabilizar o acesso à leitura de todos os informes importantes para o grupo, sistematicamente;
- Divulgar em reuniões coletivas os documentos de interesse comum, recebidos pela escola;
- Tornar público para a equipe escolar informações sobre cursos e/ou outras atividades promovidas pela EAPE ou outros, com maior antecedência;
- Garantir a todos os interessados, as informações necessárias para a realização das atividades propostas no dia a dia escolar;
- Promover reuniões e/ou encontros com a gerência da Coordenação Regional de Ensino do Gama – CRE, sempre que se fizer necessário;
- Promover reuniões envolvendo os membros do Conselho Escolar;
- Viabilizar reuniões internas periódicas entre a equipe gestora e coordenador(s) para retomar ações e avaliar a práxis pedagógica;
- Promover momentos reflexivos para fortalecer as relações considerando a subjetividade de cada um;

- Promover a articulação e sintonia na comunicação entre todos os segmentos da comunidade escolar;
- Viabilizar rigorosamente o desenvolvimento da atividade dos “Dias Temáticos”, conforme prevê o calendário escolar da SEEDF;
- Incluir nas atividades pedagógicas momentos para reavaliação deste calendário, quando necessário;
- Considerar que o calendário escolar específico pode ser flexível;
- Contribuir para que as definições e decisões do coletivo aconteçam democraticamente respeitando as legislações vigentes;
- Viabilizar encontros bimestrais entre os professores dos dois turnos; matutino e vespertino visando o planejamento pedagógico da escola;
- Planejar coletivamente atividades relacionadas ao estudo e discussão sobre as atribuições do corpo docente;
- Contribuir com o planejamento, organização e execução das atividades a serem realizadas na escola;
- Elaborar as ocorrências diárias da escola;
- Zelar pelo sigilo das informações contidas neste documento;

Ações:

- Envolvimento da equipe gestora em todas as ações desenvolvidas na escola, na qualidade de mediador na construção, elaboração, acompanhamento e no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico desta instituição educacional;
- Participação e contribuição efetiva em todas as discussões, debates, oficinas e reuniões que serão realizadas no âmbito escolar com os diversos segmentos desta instituição educacional referentes à construção do PPP;
- Estudo e discussão para aprimorar o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede

Pública do Distrito Federal e/ou outros documentos pertinentes (direitos e deveres de cada um);

- Viabilização de espaço físico e de material pedagógico para a realização do reforço escolar;
- Participação no planejamento coletivo das atividades a serem desenvolvidas no Conselho de Classe, considerando a demanda escolar;
- Viabilização de espaço físico e de material pedagógico para a realização do reforço escolar e reagrupamento;
- Direcionamento das ações para a realização das atividades propostas no reforço escolar e reagrupamento;
- Apreciação, leitura e assinatura de informes por todos os interessados;
- Elaboração de informes diários necessários à realização das atividades que fogem à rotina escolar;
- Anexação de documentos em murais ou pasta específica após ampla divulgação em reuniões coletivas;
- Socialização de documentos pedagógico e administrativos, com os profissionais da escola;
- Quando necessário, estabelecer momentos para informes a todo o grupo de professores e demais interessados;
- Quando necessário, convidar servidores da CRE para orientações e esclarecimentos junto à comunidade escolar (na escola);
- Quando necessário articular reuniões com a CRE, considerando as dificuldades da escola;
- Reuniões para a apresentação dos membros do Conselho Escolar, bem como das atribuições e funções de cada um;
- Realização de oficinas e/ou outros encontros com o grupo de trabalho da escola;
- Apreciação de momentos marcantes na vida dos profissionais da escola (aniversários, conquistas, etc.);

- Reuniões nos dias temáticos, conforme calendário escolar;
- Registro diário das ocorrências da escola em livro de atas, considerando as mais relevantes;
- Registro em livro de ata, de todas as deliberações das reuniões coletivas na escola;
- Apresentação dos professores recém-nomeados ou recém-contratados aos demais profissionais da escola e alunos, bem como do conhecimento das dependências físicas da escola;
- Definição coletiva das atividades que serão realizadas ao longo do ano letivo, com cronograma específico;
- Incluir na pauta das reuniões coletivas momentos para informes;
- Divulgação em tempo hábil dos cursos oferecidos pela SEEDF à equipe escolar, para a formação continuada.

13.2.2 Plano de Ação do(a) Secretário(a) Escolar

Objetivos:

- Participar da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola para a elaboração de um documento formal.
- Participar das decisões pedagógicas de forma indireta, observando critérios da legislação vigente.
- Zelar pelo cumprimento de suas atribuições segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Metas:

- Contribuir efetivamente nas discussões, debates reuniões e oficinas que serão realizadas no âmbito escolar com os diversos segmentos desta comunidade escolar, na construção do PPP;

- Conhecer os documentos básicos que norteiam as ações e a serem realizadas no âmbito da secretaria escolar.

Ações:

- Envolvimento do(a) secretário(a) escolar nas ações desenvolvidas na escola, para a elaboração, acompanhamento e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico desta instituição educacional;
- Estudo do Manual da Secretaria Escolar, Estratégia de Matrícula, Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, dentre outros documentos de legislação vigente;
- Participação em Estudos de Casos, sem a interferência direta dos direcionamentos pedagógicos.

13.2.3. Plano de Ação do Conselho Escolar

Objetivos:

- Zelar pelo cumprimento de suas atribuições segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.
- Aplicar as verbas do PDDE e PDAF tendo como referência a definição das necessidades e das prioridades da escola seguindo critérios e normas legais vigentes;
- Garantir a participação de toda a comunidade escolar nas ações do Conselho Escolar.

Metas:

- Realizar levantamento das prioridades da escola, junto à Comunidade Escolar;
- Acompanhar os recursos financeiros, (PDAF – PDDE), de forma participativa e transparente com ética e responsabilidade, observando a legislação vigente.

- Promover momentos de discussão sobre as necessidades e prioridades da escola.

Ações:

- Realização de reuniões com a participação de todos os segmentos da Comunidade Escolar;
- Apresentação periódica de prestação de contas dos recursos financeiros à toda comunidade escolar (pais ou responsáveis, professores e demais agentes de educação).

13.2.4 Plano de Ação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

Objetivos:

- Promover de forma integrada com os demais segmentos da escola, a construção coletiva do PPP para a elaboração e materialização de um documento;
- Zelar pelo cumprimento de suas atribuições segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Elaborar o Plano de Atuação/ação da EEAA para o PPP da escola em conformidade com a orientação pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem – SEAA.

Metas:

- Contribuir efetivamente nas discussões, debates, reuniões e oficinas que serão realizadas no âmbito escolar com os diversos segmentos, na construção coletiva do PPP;
- Conhecer e cumprir as atribuições da EEAA, segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Implementar o Plano de Atuação/ação da EEAA na escola, no decorrer do ano letivo.

Ações:

- Participação nas reuniões, ações ou atividades relacionadas à construção coletiva do PPP da escola;
- Estudo das atribuições da EEAA, segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Apresentação do Plano de Atuação/ Ação para a equipe escolar.

13.2.5 Plano de Ação da Sala de Recursos

Objetivos:

- Promover de forma integrada com os demais segmentos da escola, a construção coletiva do PPP para a elaboração e materialização de um documento;
- Zelar pelo cumprimento de suas atribuições segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Elaborar o Plano de Atuação/ação da Sala de Recursos para o PPP da escola em conformidade com a orientação pedagógica da Sala de Recursos;
- Planejar o trabalho pedagógico de forma integrada com o professor regente do aluno em atendimento.

Metas:

- Contribuir efetivamente nas discussões, debates reuniões e oficinas que serão realizadas no âmbito escolar com os diversos segmentos desta comunidade escolar, na construção do PPP;
- Conhecer e cumprir as atribuições do(a) professor(a) especializado, segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Implementar o Plano de Atuação/ação da Sala de Recursos na escola, no decorrer do ano letivo;
- Participar de forma direta no planejamento das atividades pedagógicas do professor regente do aluno em atendimento.

Ações:

- Elaboração do Plano de Ação da Sala de Recursos para o PPP;

- Utilização da adequação curricular do aluno em atendimento para nortear o planejamento do trabalho pedagógico do professor regente.

13.2.6 Plano de Ação do Conselho de Classe

Objetivo:

- Zelar pelo cumprimento de suas atribuições segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e demais dispositivos legais.

Meta:

- Reunir-se ordinariamente, uma vez por bimestre e ao final do ano letivo, ou, extraordinariamente, quando convocado pelo diretor desta escola.

Ação:

- Desenvolvimento de ações e atividades de forma participativa, incluindo os pais e alunos.

13.2.7 Plano de Ação do Corpo Docente

Objetivos:

- Zelar pelo cumprimento de suas atribuições segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e demais dispositivos legais;
- Conhecer seus direitos e deveres conferidos pela legislação vigente;
- Conhecer os direitos e deveres dos alunos conferidos pela legislação vigente.

Meta:

- Participar de reuniões coletivas com enfoque no conhecimento de suas atribuições, seus direitos e deveres, bem como dos direitos e deveres dos alunos.

Ação:

- Participação nas reuniões coletivas para estudos, debates, reflexões e análises de temas relacionados às suas atribuições, aos direitos e deveres do corpo docente e discente.